

Descrição	P1	P2	P3	Desconto percentual mínimo	Contratação anterior - 0003559-49.2025.4.02.8001
Desconto - Passagem aérea nacional e internacional	3,01%*	3%*	5,20%	5,20%	11,90%

Valor total estimado, conforme termo de referência : **R\$1.500.000,00**

P1 - TERMO DE CONTRATO Nº 64/2024 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

P2 - CONTRATO Nº 08/2025 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

P3 - CONTRATO nº 07/2024 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Contratação anterior - Termo de Contrato - SJRJ Nº 6/2025, vigente até 01/08/2026

OBS: A empresa não quis prorrogar o contrato devido ao percentual de desconto vigente.

OBS2: P1 a P3 obtidas em <https://pncp.gov.br/app/contratos/>

* - Percentuais de desconto não foram considerados na média por estarem distorcidos

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2026.

Alexandre Cesaroni de Almeida
Seção de Cotação

Contrato nº 64/2024

Última atualização 15/04/2026



Local: Brasília/DF **Órgão:** MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

Unidade executora: 200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 1.00.000.008499/2024-23

Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 20/12/2024 **Data de assinatura:** 17/12/2024 **Vigência:** de 17/12/2024 a 16/12/2026

Id contrato PNCP: 26989715000102-2-002814/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

Id contratação PNCP: [26989715000102-1-000332/2024](#)

Objeto:

Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reservas, emissões, remarcações e cancelamentos de passagens aéreas nacionais, internacionais e emissões de seguros-viagem de assistência em viagens internacionais, conforme as especificações e condições descritas no edital e seus anexos, de acordo com as especificações, condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e nos demais documentos constantes no processo PGEA em epígrafe.

VALOR CONTRATADO

R\$ 28.664.714,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 07.340.993/0001-90 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Arquivos

Histórico

Nome	Data/Hora de Inclusão	Tipo
TermodeContraton64de2024.pdf	20/12/2024 - 14:45:05	Contrato
document20260415T135736.642.pdf	15/04/2026 - 13:58:19	Outros Documentos

Exibir: 5

1-2 de 2 itens

Página: 1

< >

< Voltar



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

TERMO DE CONTRATO Nº 64/2024

Que celebram entre si a União, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** e a empresa **WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI**.

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, com sede no SAF Sul – Quadra 04 – Conjunto C – Brasília/DF, CNPJ sob o nº 26.989.715/0050-90, neste ato representada pelo Secretário de Administração, Senhor DJALMA LEANDRO JUNIOR, nomeado por meio da Portaria nº 82 de 1º de fevereiro de 2021, portador da Matrícula Funcional nº 6353, no uso da competência atribuída pelo artigo 74, inciso XIV, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, ou, nos casos de ausências e impedimentos deste, pelo Secretário de Administração Adjunto, Senhor DAVI LUCAS BOIS, nomeado por meio da Portaria nº 173 de 12 de junho de 2020, portador da Matrícula Funcional nº 27349, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante designada **CONTRATANTE**, e a **WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.340.993/0001-90, estabelecida na Rua Humberto Morona, Número 185, Cristo Rei – CEP: 80050-420 – Curitiba/PR, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor HUGO HENRIQUE AURÉLIO DE LIMA, tendo em vista o que consta no Processo 1.00.000.008499/2024-23 e no Processo Processo nº 20.02.0001.0000712/2024-76, referente à baixa de Ata de Registro de Preços nº 09/2024, decorrente do Pregão Eletrônico SRP 90006/2024/PGT/MPT, realizado pela Procuradoria-Geral do Trabalho – PGT, e integrando o certame, na qualidade de órgão participante, a Procuradoria-Geral da República/PGR/MPU, resolvem, de comum acordo, por força do presente instrumento e em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais que regem a matéria, celebrar este contrato, mediante as seguintes cláusulas:

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 21/11/2024 09:39. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 2a4b57b9.5093de42.bb96cb80.8880fc9d

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo reservas, emissões, remarcações e cancelamentos de passagens aéreas nacionais, internacionais e emissões de seguros-viagem de assistência em viagens internacionais, conforme as especificações e condições descritas no edital e seus anexos, de acordo com as especificações, condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e nos demais documentos constantes no processo PGEA em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A forma de execução deste contrato é indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário cujo objeto será regido pelas disposições estipuladas neste contrato, no Edital do Pregão Eletrônico nº 90006/2024/PGT/MPT, no correspondente Termo de Referência, bem como nas obrigações assumidas pela CONTRATADA em sua proposta comercial e nos demais documentos constantes do Processo PGEA em epígrafe, que integram este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

As especificações técnicas do objeto estão estabelecidas nos capítulos 5, 6 e 12 do Termo de Referência, bem como da proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação do objeto, conforme estabelecido no tópico 4.2.7 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os prazos para a execução dos serviços estão disciplinados no Capítulo 11 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

As formas de recebimento do objeto estão disciplinadas no Capítulo 10 do Termo de

Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SEGURANÇA E DO SIGILO

A sistemática da segurança e do sigilo das informações obtidas em decorrência da execução contratual estão disciplinadas no Capítulo 21 do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações da CONTRATANTE estão disciplinadas no Capítulo 8 do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da CONTRATADA estão disciplinadas no Capítulo 7 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A sistemática da gestão e da fiscalização do contrato está estabelecida no Capítulo 9 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$ 28.664.714,00 (vinte oito milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais), conforme a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE PARA 24 MESES	VALOR 24 MESES	% DESCONTO LINEAR	SUBTOTAL
2	Emissão de Bilhetes Aéreos Nacionais para o MPF (trecho ida e volta	11.000	R\$ 27.485.620,00	3,01%	R\$ 26.658.303,00

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 21/11/2024 09:39. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 2a4b57b9.5093de42.bb96cb80.8880fc9d

4	Emissão de Bilhetes Internacionais MPF	104	R\$ 2.009.703,24	3,01%	R\$ 1.949.211,00
6	Seguro viagem Internacional MPF	104	R\$ 57.200,00	Não foi objeto de disputa	R\$ 57.200,00
TOTAL COM DESCONTO + SEGURO VIAGEM					R\$ 28.664.714,00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste Termo correrão à conta da Natureza da Despesa 339033-01 - PASSAGENS PARA O PAÍS e 339033-02 - PASSAGENS PARA O EXTERIOR, PTRES 172236, constante do Orçamento Geral da União, Lei nº 14.882, de 22 de janeiro de 2024, para este fim, e, nos próximos exercícios, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas de mesma natureza.

Parágrafo único - Para cobertura da despesa relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de Empenho nº 2024NE000500, de 14 de novembro de 2024, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

Parágrafo primeiro. Com fundamento nos §§ 7º e 8º, do art. 25, da Lei 14.133/2021, os preços avençados poderão ser reajustados, após o interregno de um ano [se for serviços contínuos], cuja data-base é a do orçamento estimado pela Administração, com periodicidade mínima de 12 (doze) meses a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

Parágrafo segundo. O índice acima indicado deverá ser aplicado com base na Emenda Constitucional Nº 95/2016, que modificou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 107, § 1º, inciso II.

Parágrafo terceiro. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 21/11/2024 09:39. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 2a4b57b9.5093de42.bb96cb80.8880fc9d

conhecida, liquidando a diferença após a divulgação do(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo quarto. A CONTRATADA está obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Parágrafo quinto. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão) obrigatoriamente o(s) definitivo(s).

Parágrafo sexto. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para o reajuste venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo sétimo. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajuste do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo oitavo. O reajuste de preços poderá ser formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo nono. O pedido de reajuste deverá ser solicitado pela CONTRATADA antes da formalização da prorrogação do contrato, caso houver, sob pena de preclusão.

Parágrafo décimo. O reajuste, quando requerido pela CONTRATADA, deverá ser instruído estritamente nos termos do art. 25, §7º e §8º, I, e do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

No interesse da Administração Pública, o valor contratado poderá ser acrescido ou suprimido na forma do disposto no art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA FINANCEIRA

Com fundamento nos arts. 96 a 102 da Lei 14.133/2021, será exigida da CONTRATADA a constituição de garantia contratual para assegurar o pleno cumprimento das obrigações e do objeto contratado, bem como o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários, na forma disciplinada no Edital e no Contrato.

Parágrafo primeiro. A CONTRATADA se obriga a prestar garantia em favor da CONTRATANTE, correspondente a 3% (três por cento) do valor do contrato, numa das seguintes modalidades, conforme sua opção:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da

Economia;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo segundo. Com fundamento no art. 98, da Lei 14.133/2021, fica autorizada por lei a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Parágrafo terceiro. Com fundamento no Parágrafo único, do art. 98, da Lei 14.133/2021, nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais de garantia previstos nesta cláusula.

Parágrafo quarto. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida:

I. O pagamento de multas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

II. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE durante a execução pela inexecução do contrato decorrentes de culpa ou dolo DA CONTRATADA.

III. O fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:

a) O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia será igual ou superior ao prazo estabelecido neste contrato e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste instrumento contratual mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

b) O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se A CONTRATADA não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo quinto. Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no §2º do art. 96 desta Lei.

Parágrafo sexto. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor da Administração.

Parágrafo sétimo. Caso a CONTRATADA opte por apresentar títulos da dívida pública, estes deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido no contrato, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aqueles previstos no artigo 2º da Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001.

Parágrafo oitavo. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de penalidades, conforme previsto neste instrumento.

Parágrafo nono. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por

cento) do valor total do contrato, a título de garantia.

Parágrafo décimo. A retenção efetuada com base no parágrafo anterior não gera à CONTRATADA o direito a nenhum tipo de compensação financeira.

Parágrafo décimo primeiro. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

Parágrafo décimo segundo. É integral e exclusiva a responsabilidade da CONTRATADA pela renovação da garantia prestada, quando couber.

Parágrafo décimo terceiro. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a mencionada retenção por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

Parágrafo décimo quarto. O valor da multa moratória decorrente do atraso na constituição da garantia poderá ser glosado dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

Parágrafo décimo quinto. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

Parágrafo décimo sexto. A Seguradora e/ou Fiadora será comunicada do sinistro quando concluído o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) que eventualmente culmine na aplicação de penalidade pecuniária.

Parágrafo décimo sétimo. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Administração com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

Parágrafo décimo oitavo. Será considerada extinta a garantia:

I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II. Com a extinção do contrato.

Parágrafo décimo nono. A Administração não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I. Caso fortuito ou força maior;

II. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

III. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

Parágrafo vigésimo. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista no parágrafo anterior, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado.

Parágrafo vigésimo primeiro. Após o cumprimento fiel e integral do Contrato, a garantia prestada será liberada ou restituída à CONTRATADA e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo vigésimo segundo. Para a execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à instituição garantidora, após a conclusão dos Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade (PAAR).

Parágrafo vigésimo terceiro. A garantia prestada deverá ter validade durante a execução do contrato acrescido de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO PAGAMENTO

As sistemáticas do instrumento de medição de resultado, do faturamento, do pagamento e da liquidação estão disciplinadas nos Capítulos 13, 14, 15 e 16 do Termo de Referência, observando-se ainda:

Parágrafo primeiro - O Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo MPF/PGR, será calculada, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira (percentual anual) assim apurado:

$$I = (6 \div 100) \div 365 \Rightarrow I = 0,00016438$$

Parágrafo segundo - Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto Federal nº 93.872/1986.

Parágrafo terceiro - Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com os motivos e as justificativas e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

Parágrafo quarto – Os casos omissos acerca do pagamento serão resolvidos na forma prevista na IN nº 5/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

A sistemática das penalidades e dos recursos administrativos está disciplinadas no Capítulo

18 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Com fundamento nos arts. 138 e 139 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- I. Determinada por **ato unilateral** e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. Consensual, por **acordo entre as partes**, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. Determinada por **decisão arbitral**, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Parágrafo primeiro. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

Parágrafo segundo. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I. Devolução da garantia;
- II. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III. Pagamento do custo da desmobilização.

Parágrafo terceiro. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

- I. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III. Execução da garantia contratual para:
 - a) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- IV. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

Parágrafo quarto. A aplicação das medidas previstas nos **incisos I e II do Parágrafo**

Terceiro desta Cláusula ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

Parágrafo quinto. Na hipótese do **inciso II do Parágrafo Terceiro desta Cláusula**, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência deste contrato é de **24 meses**, a contar da sua assinatura, podendo ser utilizado o valor total ou parcial registrado na ata, prorrogável por igual período, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com A CONTRATADA ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes meses, nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021.

Parágrafo único. O valor do contrato é estimativo, não estando a Administração obrigada a utilizar, no todo ou em parte, o valor contratado, especialmente se houver contingências orçamentárias que reduzam a disponibilidade de recursos ou houver política no âmbito da Administração Superior que afete os deslocamentos aéreos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato deste contrato na Imprensa Oficial e de seus Termos Aditivos que porventura vierem a ocorrer será providenciada pela Administração, às suas expensas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

Quando couber, a CONTRATADA deverá implementar quesitos de sustentabilidade e de economia alinhados às diretrizes e aos objetivos do Plano Logístico Sustentável do Ministério Público do Trabalho, em consonância com art. 11 da Lei 14.133/2021, bem assim o art. 16 do Decreto Federal nº 7.746/12, a exemplo de:

- I. Selecionar materiais com baixo impacto ambiental e baixo consumo de energia, privilegiar a utilização de materiais reciclados ou recicláveis, com otimização dos produtos ou das técnicas, de forma a obter maior eficiência no uso de energia;
- II. Otimizar o uso dos sistemas de distribuição e logística, para redução do consumo de energia e redução dos impactos ambientais (maior eficiência de energia ou uso de energia ambientalmente

compatível).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO

O presente Contrato e seus aditivos somente terão eficácia depois de aprovado pelo(a) Sr.(a) Secretário(a)-Geral do Ministério Público Federal, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XXV, do artigo 6º, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382 de 05/05/2015, ou pelo(a) Secretário(a)-Executivo(a) da Secretaria-Geral, mediante delegação de competência, atribuída por norma interna.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Parágrafo único. E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, os representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA assinam o presente Termo para que produza os seus devidos efeitos legais.

Assinatura Digital
CONTRATANTE

Assinatura Digital
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura Digital

Assinatura Digital

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 21/11/2024 09:39. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 2a4b57b9.5093de42.bb96cb80.8880fc9d

ANEXO AO CONTRATO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Registro de preço, nos termos previstos no Inciso III, art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, sendo a **PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO** o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, as **PROCURADORIAS REGIONAIS DO TRABALHO**, presentes em todas as unidades da Federação, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, localizado em Brasília, integrando o certame na condição de **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, internacional e emissão de seguro-viagem de assistência em viagem internacional.

1.2. Para a execução dos contratos firmados deverão ser considerados dois sistemas distintos de tecnologia da informação, sendo um utilizado pela Procuradoria Geral do Trabalho e Procuradorias Regionais do Trabalho, denominado MPT ORION, e outro pelo Ministério Público Federal.

1.3. Conforme justificativas presentes no Estudo Técnico Preliminar, o critério de julgamento e, consequentemente, de pagamento, será o maior desconto a incidir sobre o valor da tarifa, excluindo-se o seguro-viagem, que será pago por reembolso, **não havendo previsão de remuneração amparada no pagamento de TAXA DU ou RAV.**

1.4. Trata-se de serviço comum cuja metodologia de contratação é similar no âmbito da Administração Pública, razão pela qual a licitação, por meio do Pregão Eletrônico, amolda-se como instrumento jurídico adequado para o presente registro de preço.

1.5. Não se trata de prestação de serviço com locação de mão de obra.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Procuradoria Geral do Trabalho firmou o Contrato nº 1/2024 para a prestação do serviço de emissão de passagens aéreas. Ocorre que a empresa contratada solicitou a rescisão do contrato, sob o argumento de que o percentual de desconto apresentado de 11,12%, a incidir sobre o valor da tarifa, é insustentável do ponto de vista econômica, a Administração, para evitar a solução de continuidade na prestação do serviço, licitará novamente o objeto, a fim de disponibilizar para o Ministério Público do Trabalho empresa para prestação de serviço de agenciamento de passagens

aéreas.

2.2. De toda forma, a empresa contratada se comprometeu-se a executar o contrato até a finalização do procedimento. Acrescenta-se, por relevante, que esse tipo de conduta pode ensejar à empresa arrematante/contratante a comunicação da penalidade de proibição de licitar e contratar com a União por até três anos, além de multa, ensejando a apuração de responsabilidade sendo observado, em todo caso, o devido processo legal.

2.3. Por fim, ao divulgar a manifestação da intenção de registro de preço, o Ministério Público Federal manifestou interesse em integrar o certame na condição de **ÓRGÃO PARTICIPANTE**.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. A contratação tem fundamento na Lei nº 14.133/2021 e demais normas e regulamentos correlatos, bem como no Estudo Técnico Preliminar.

3.2. O objeto pode ser enquadrado na categoria de serviços comuns, assim configurados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, na forma do art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133/21.

3.3. A contratação está alinhada com os objetivos definidos no Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Público do Trabalho de 2023/2030, quais sejam, os Objetivos Estratégicos:

OE	Objetivo Estratégico
OE14	Prover e manter soluções de tecnologia da informação e comunicação inovadoras, eficientes e eficazes.
OE15	Otimizar o orçamento necessário para o alcance dos objetivos do MPT.
OE19	Implementar políticas e práticas de gestão de sustentabilidade nos processos de trabalho do MPT alinhadas à Agenda 2030.

3.4. A despesa foi incluída no Planejamento de Contratações Anual (PCA), na forma dos artigos 12, inciso VII e 18, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/21.

3.5. A contratação é compatível com os quesitos de sustentabilidade e de economia e com as diretrizes e aos objetivos do Plano de Logística Sustentável do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal.

3.6. A justificativa para o não parcelamento da solução encontra-se descrito no Estudo Técnico Preliminar.

4. DA FORMALIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇO E DO CONTRATO

4.1. DA FORMALIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇO

4.1.1. O registro de preço está fundamentado no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, em seu inciso III, vez tratar-se de procedimento para viabilizar a contratação dos serviços de emissão de

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 21/11/2024 09:39. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 2a4b57b9.5093de42.bb96cb80.8880fc9d

passagens aéreas para todas as unidades que compõem a Procuradoria Geral do Trabalho.

4.1.2. Para a execução dos serviços correspondentes, será formalizada Ata de Registro de Preços, na forma prevista no instrumento convocatório, a qual estabelecerá em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Termo de Referência e a Proposta de Preços da empresa vencedora.

4.1.3. A Ata terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, conforme preceitua o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.4. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, nas seguintes situações:

4.1.5. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.6. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.7. Os preços registrados serão reajustados ou repactuados conforme disposto na Lei 14.133/2021, mediante previsão no edital ou no aviso de contratação direta com cláusula específica.

4.1.8. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços conforme previsto no art. 30 do Decreto nº 11.462/2023.

4.1.9. A quantidade remanejada torna-se indisponível para a unidade que fez a cessão passando a compor o acervo da cessionária.

4.1.10. As autorizações para adesão à ata resultante da licitação ficarão limitadas às unidades do Ministério Público tendo que vista que Órgão Gerenciador não dispõe de corpo funcional para lidar com adesão para todos os órgãos da administração Pública Federal.

4.1.11. Ao final do certame será realizada a inclusão, na ata de registro de preços, para a formação do cadastro de reserva, na forma prevista no art. 18 do Decreto nº 11.462/2023, contemplando as licitantes que aceitarem prestar os serviços em preços iguais aos do licitante vencedor, bem assim dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

4.2. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.2.1. Para execução do objeto será firmado Contrato Administrativo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, com vigência de 24 (vinte quatro) meses, contados a partir da data da sua

assinatura, podendo ser utilizado o valor total ou parcial registrado na ata, conforme interesse de do Órgão Gerenciador e dos Órgãos Participantes.

4.2.2. O valor do contrato será por estimativa, não estando a Administração obrigada a utilizar, no todo ou em parte, o valor contratado, especialmente se houver contingências orçamentárias que reduzam a disponibilidade de recursos ou houver política no âmbito da Administração Superior que afete os deslocamentos aéreos.

4.2.3. Por se tratar de serviço prestado em caráter contínuo, no interesse da administração e desde que haja concordância da empresa contratada, poderá haver prorrogação do contrato, por iguais e sucessivos períodos, limitados a sua duração a 120 (cento e vinte) meses, nos termos art. 108 da Lei 14.133/2021.

4.2.4. O ÓRGÃO GERENCIADOR e os ÓRGÃOS PARTICIPANTES não estão obrigados a firmar os contratos em decorrência da ata de registro firmada.

4.2.5. Os contratos firmados deverão observar o valor máximo previsto na ata para o ORGÃO GERENCIADOR e os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, sendo facultado firmar durante a vigência do contrato tantos contratos quantos forem necessários, de forma que a soma dos valores contratados não poderá ser superior ao valor registrado na ata para cada unidade.

4.2.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 3 % do valor anual do contrato, conforme regras previstas no contrato.

4.2.7. Tendo em vista a natureza dos serviços a serem prestados pela contratada, por não se tratar de atividade complexa, não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2.8. Os preços são fixos e irredutíveis, sendo permitido à Administração atualizar o valor do contrato, de ofício, para fazer face ao reajuste dos preços das passagens aéreas.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução como um todo consiste nos procedimentos de cotação de preços, execução de reservas, emissão de bilhetes, alteração de bilhetes, cancelamento de bilhetes, disponibilização dos créditos, se for o caso, bem assim a emissão de seguro-viagem internacional, com atendimento 24 horas por dia, durante todos os dias da semana, por meio de telefone fixo e celular, WhatsApp, central de telefonia, bem como de outros recursos a serem disponibilizados pela CONTRATADA, os quais deverão permitir a CONTRATANTE realizar, prontamente, alteração ou emissão de BILHETE DE PASSAGEM, inclusive em dias não úteis.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. DOS PROCEDIMENTOS DE BUSCA, RESERVA, EMISSÃO CANCELAMENTO DE RESERVAS REEMBOLSO REMARCAÇÃO.

6.1.1. Os procedimentos de busca, reserva, emissão, cancelamento de reservas ou bilhetes, reembolso, remarcação, entre outros, serão executados de forma automatizada por meio do módulo específico do sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE, através do acesso ao sistema da CONTRATADA, objetivando a realização da pesquisa de preços, reserva de tarifas, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso dos BILHETES DE PASSAGEM e o faturamento dos bilhetes emitidos.

6.1.2. Para viabilizar a execução dos procedimentos citados no item 6.1.1, a CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, todos os dados, informações e acesso solicitados. E, se necessário, os acessos para sua integração ao sistema gerenciador de viagens da CONTRATANTE, garantindo a interoperabilidade e permitindo que o usuário do sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE execute os serviços de acesso, busca, reserva, emissão, cancelamento de reserva ou bilhete, reembolso, remarcação e faturamento.

6.1.3. Todas as solicitações de cotação, de emissão e reembolso de BILHETE DE PASSAGEM, SEGURO VIAGEM e de faturamento serão registradas e geridas no sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE, direcionadas à CONTRATADA, que terá perfil exclusivo para a sua visualização e atendimento.

6.1.4. Salvo nos casos excepcionais, em que não for possível operacionalizar o sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE, a demanda será atendida por *e-mail*, *WhatsApp* ou por telefone.

6.1.5. Toda emissão de BILHETE DE PASSAGEM, nacional ou internacional, deve ser precedida de cotação e ambos serão cadastrados no sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE para consulta e faturamento.

6.1.6. A CONTRATADA deverá, após realizar a cotação, submetê-la à apreciação da CONTRATANTE, pelo sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE.

6.1.7. A CONTRATANTE selecionará o voo, e autorizará, pelo sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE, a emissão do BILHETE DE PASSAGEM.

6.1.8. O servidor efetuará a reserva de acordo com a demanda no sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE. Esta reserva deverá garantir o valor da TARIFA, no prazo no mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do momento da efetivação da reserva, respeitado o limite do horário estabelecido para a partida do trecho inicial.

6.1.9. Após a emissão do BILHETE DE PASSAGEM a CONTRATADA deverá anexá-lo, imediatamente (o *e-ticket* em PDF), sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE. **6.1.10.**

Para o perfeito cumprimento do objeto, a CONTRATADA deverá dispor de uma CENTRAL DE ATENDIMENTO para execução dos serviços solicitados, devendo as requisições serem realizadas pelos servidores formalmente designados pela CONTRATANTE, diretamente no sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE, exceto nas situações em que este procedimento for inviável ou em caso de indisponibilidade do uso do sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE, cujo prolongamento cause danos à celeridade do processo, situações em que as requisições poderão ser realizadas por e-mail, *WhatsApp* ou por telefone.

6.1.11. É de responsabilidade da CONTRATANTE a análise, a escolha e a autorização para a emissão de BILHETE DE PASSAGEM, levando em consideração as normas vigentes que orientam a sua emissão, orientando a CONTRATADA sobre seus termos e eventuais alterações.

6.1.12. O pedido de cotação enviado à CONTRATADA via sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE, *e-mail*, *WhatsApp* ou telefone deverá conter, no mínimo:

- a) Número da PCD, quando a demanda já tiver sido registrada no sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE;
- b) Nome completo do PROPOSTO;
- c) Nome da UNIDADE SOLICITANTE;
- d) Data e hora prevista da partida;
- e) Data e hora prevista do retorno;
- f) Cidade de origem;
- g) Cidade de destino;

6.1.13. Caso sejam necessários, os procedimentos para atendimento das solicitações nos primeiros 5 (cinco) dias após assinatura do primeiro contrato, se for o caso, os pedidos poderão ser realizados por e-mail, *WhatsApp* ou por telefone, até a completa integração da empresa ao sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE, sendo as partes obrigadas a fornecer todas as informações necessárias para o perfeito atendimento da demanda.

6.2. DO REEMBOLSO DE BILHETE NÃO VIAJADO

6.2.1. Imediatamente após o cancelamento ou o *NO-SHOW*, a CONTRATADA deverá requerer junto à companhia aérea, o REEMBOLSO DE BILHETE ou CRÉDITO DE BILHETE provenientes da passagem cancelada ou não voada.

6.2.2. A CONTRATADA deve adotar as medidas necessárias para Reembolsar a CONTRATANTE o valor correspondente ao preço da passagem aérea, subtraído do valor o referente à multa do reembolso e demais taxas fixadas por dispositivos legais que regulam a matéria, devidamente comprovado, em virtude da não utilização do bilhete, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, da

solicitação formal ou da informação no sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE da CONTRATANTE, inclusive, em decorrência da rescisão ou extinção contratual.

6.2.3. Caso a CONTRATADA não emita Fatura de crédito ou informe o valor do crédito no prazo estipulado no item 6.2.2, será glosado o valor total do BILHETE DE PASSAGEM, pelo seu valor de face, independente de aviso prévio, em fatura de débito a ser liquidada.

6.2.4. Em caso de glosa do valor integral pela CONTRATANTE do bilhete não reembolsado no prazo estabelecido, o valor do bilhete que posteriormente for reembolsado pelas Companhias Aéreas, será da CONTRATADA para sua compensação.

6.2.5. Em casos excepcionais, em que o valor do bilhete não voado ficará à disposição da CONTRATANTE, para utilização futura, a CONTRATADA deverá acompanhar o crédito correspondente, para utilização e abatimento de novo BILHETE DE PASSAGEM, sempre que possível.

6.2.6. A CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE, juntamente à Fatura de Crédito, cópia dos documentos onde constem as taxas e multas cobradas pela companhia aérea que expediu o bilhete cancelado, de modo a demonstrar a exatidão de apuração do valor do reembolso.

6.2.7. O BILHETE DE PASSAGEM não utilizado será disponibilizado no sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE ou será formalmente informado para gestão da CONTRATADA.

6.2.8. A CONTRATANTE efetuará o controle e conferência dos BILHETES no sistema de gestão de viagens e a consequente glosa do valor a que tem direito, de acordo com o item 6.2.2, deste Termo de Referência.

6.3. ALTERAÇÃO DE BILHETE DE PASSAGEM

6.3.1. A alteração do BILHETE DE PASSAGEM deve ser precedida de nova cotação e cálculo da diferença de valores pela CONTRATADA, visando subsidiar a decisão sobre a alteração ou cancelamento/nova emissão.

6.3.2. A alteração do BILHETE DE PASSAGEM será requerida pela CONTRATANTE à CONTRATADA, pelo sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE, *e-mail* ou telefone, discriminando trecho.

6.3.3. A alteração dependerá da disponibilidade de assentos e poderá ensejar em aplicação de multas e eventuais diferenças tarifárias estabelecidas pela Companhia Aérea.

6.3.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar meios para a consulta/verificação prévia dos valores devidos antes da autorização de alteração, para análise da CONTRATANTE.

6.4. DO SEGURO VIAGEM

6.4.1. A CONTRATADA providenciará, em até duas horas contadas da solicitação do CONTRATANTE, cotação em pelo menos três companhias seguradoras, para aprovação do custo e autorização da emissão de seguro de assistência médica por acidente ou mal súbito, despesas médico/hospitalares, reembolso farmácia e odontológico, traslado e repatriamento sanitário em caso de acidente/doença ou morte, em viagens ao exterior, com as seguintes coberturas.

- a) cobertura para morte acidental, considerando o evento com data caracterizada, súbito involuntário e que tenha como consequência direta a morte do passageiro;
- b) cobertura para invalidez por acidente, considerando perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão do passageiro;
- c) observar minimamente os valores abaixo, a fim de atender às exigências do Tratado de Schengen e para garantir a efetividade das demais coberturas, independente do destino da viagem:
 - c.1) assistência médica por acidente ou enfermidade (por evento): US\$ 50.000,00;
 - c2.) assistência / despesas farmacêuticas (por evento): US\$ 800,00; c3.) assistência odontológica (por evento): US\$ 800,00.

6.4.2. Encaminhar à CONTRATANTE a apólice de seguro no prazo de 6 (seis) horas, contado do recebimento da autorização de emissão pela PGT.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar e responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do contrato, de acordo com as cláusulas avençadas e nos termos da legislação vigente.

7.2. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da prestação do serviço realizado.

7.3. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.4. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas obrigações deverá atender prontamente.

7.5. Atender, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir do dia seguinte da comunicação, a toda reclamação porventura ocorrida, prestando à CONTRATANTE, quando for o caso, os esclarecimentos e correções/adequações que se fizerem necessários.

7.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente instrumento.

7.7. Manter atualizada a relação das companhias filiadas e com as quais mantenha convênio, informando periodicamente à CONTRATANTE as inclusões e as exclusões.

- 7.8.** Observar, na emissão de BILHETES DE PASSAGENS, a legislação que regulamenta a matéria.
- 7.9.** Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com a CONTRATANTE, sobre assuntos relacionados à execução do contrato.
- 7.10.** Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços.
- 7.11.** Reservar, emitir, marcar, remarcar e cancelar bilhetes de passagens aéreas, nacionais e internacionais, com fornecimento do referido bilhete à CONTRATANTE ou pessoa por ela indicada.
- 7.12.** Efetuar pesquisa nas companhias aéreas que atendam ao trecho solicitado, por meio de sistema informatizado de pesquisa próprio, indicado obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem.
- 7.13.** Entregar o BILHETE DE PASSAGEM, sempre que necessário, fora do horário de expediente, na forma ou local indicado pela CONTRATANTE, ou colocação dos mesmos à disposição dos passageiros na loja da Companhia aérea ou AGÊNCIA DE TURISMO mais próxima do usuário.
- 7.14.** Solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com as reservas de PASSAGENS AÉREA, TAXA DE EMBARQUE e quaisquer outras logísticas de embarque, em aeroportos no Brasil ou no exterior.
- 7.15.** Disponibilizar os bilhetes requisitados no sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE, ou em caso de indisponibilidade do sistema preferencialmente via telefone de plantão, pelo WhatsApp e, em último caso, por *e-mail*, nos prazos fixados neste Termo de Referência.
- 7.16.** Para efeito de contagem dos prazos, prevalecerá os informados no sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE, ou em casos excepcionais no horário do telefone, via *WhatsApp*/email da solicitação.
- 7.17.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- 7.18.** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto ao fornecimento dos serviços prestados.
- 7.19.** Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do CONTRATANTE.
- 7.20.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.
- 7.21.** Conceder à CONTRATANTE especial prioridade para a execução dos serviços, salvo por

motivo de força maior.

7.22. Prestar informações sobre as tabelas das TARIFAS aplicadas pelas Companhias Aéreas, para fins de controle sobre o faturamento.

7.23. Arcar com todas as obrigações trabalhistas de seus funcionários, tais como: salários, seguros, benefícios, encargos sociais, previdenciários, assistência médica e quaisquer outras, em decorrência de sua condição de empregadora, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício.

7.24. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Termo, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

7.25. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidos por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços, desde que fique comprovada sua responsabilidade.

7.26. Responder por qualquer acidente de que venham a ser vítimas os seus empregados, por aqueles causados por eles a terceiros, nos horários de prestação dos serviços.

7.27. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes, bem como as normas internas da CONTRATANTE.

7.28. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE.

7.29. Reembolsar, pontualmente, as companhias aéreas, independentemente da vigência do contrato, não respondendo a CONTRATANTE solidária ou subsidiariamente por este reembolso, que é de inteira responsabilidade da contratada.

7.30. Disponibilizar para a CONTRATANTE um sistema de auto agendamento tipo *selfbooking* com os seguintes requisitos:

- a) Acesso via rede mundial de computadores (*world wide web*);
- b) Tela única de consulta simultânea a todos os voos das principais Companhias Aéreas nacionais e internacionais, constando trecho, voos, horários, aeronaves, classes de bilhete e preço;
- c) Cotação simultânea de, no mínimo 3 (três) Companhias Aéreas, para o trecho consultado, indicando o de menor preço;
- d) Serviços de reserva e emissão de bilhetes aéreos nacionais e internacionais;
- e) Permitir, de acordo com as regras das Companhias Aéreas, a marcação de assento, no momento da reserva;

- f) Disponibilização de tarifas de acordo com a oferecida pelas Companhias Aéreas; e
- g) Capacitar os usuários da CONTRATANTE a utilizar a ferramenta de *selfbooking*.
- h) Permitir a emissão do *e-ticket* pela CONTRATANTE.

7.31. Utilizar o sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE, para gestão das demandas, emissão de passagens, reembolso e faturamento, podendo essa ser autorizada por via eletrônica (*e-mail*), quando da impossibilidade da utilização do sistema de gestão de viagens da CONTRATANTE.

7.31.1. Para que tenham acesso aos Sistemas eletrônicos da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá encaminhar, junto com a assinatura do Contrato, a relação dos usuários juntamente com seus dados pessoais de identificação e cópia dos documentos de identificação, e cargos que exercem na empresa.

7.32. Manter atualizados seu endereço, telefones e dados bancários para a efetivação de pagamentos.

7.33. Propiciar atendimento 24 horas por dia, durante todos os dias da semana, por meio de telefone fixo e celular, *WhatsApp*, central de telefonia, bem como de outros recursos a serem disponibilizados pela CONTRATADA, os quais deverão permitir a CONTRATANTE realizar, prontamente, alteração ou emissão de BILHETE DE PASSAGEM, inclusive em dia não útil.

7.34. O tempo para atendimento telefônico do plantão disposto não poderá ser superior a 10 (dez) minutos.

7.35. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE; **7.36.** É vedado à CONTRATADA:

- a) Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do Ministério Público do Trabalho e demais órgãos participantes, sob pena de rescisão contratual
- b) Utilizar o nome da contratante, ou sua qualidade de contratada, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito da contratante.
- c) Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, sem prévia e expressa anuência da contratante.
- d) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- e) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

f) subcontratar, na íntegra ou parcialmente, o objeto licitatório.

7.37. Emitir relatórios que permitam à CONTRATANTE acompanhar as informações do andamento das aquisições, bilhetes voados/não voados, reembolsos, assim como outras que venham a ser solicitadas, inclusive na forma de planilha eletrônica, constando dados como: data e horário da emissão, nome do passageiro, nº do bilhete, trecho, tarifa aplicada, multa e desconto pela não utilização, taxas, impostos, valor do serviço de agenciamento etc.

7.38. Quando solicitada pela CONTRATANTE, a qualquer tempo, comprovar a quitação de todos os tributos decorrentes do contrato, bem como, manter atualizado os registros no SICAF, para fins de pagamento.

7.39. A CONTRATADA deve apresentar, ainda, quinzenalmente, as faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pela CONTRATANTE, referentes ao período, indicando os bilhetes, as taxas, multas, tarifas e demais valores que porventura venham a incidir sobre as emissões e remarcações de bilhetes.

7.39.1. No caso de impossibilidade comprovada do fornecimento quinzenal por parte das companhias aéreas dos relatórios em que constem os bilhetes descritos nas faturas encaminhadas pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá aceitar o recebimento mensal das informações requeridas;

7.40. Caso fique constatado que a CONTRATADA não cotou os menores preços, através de pesquisa em sites e demais meios de consulta, a empresa deverá arcar com a diferença de valores, podendo ser penalizada conforme a Lei 14.133/21, além de uma rescisão unilateral, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido, desde que atendidas as condições de execução pactuadas e inexistam obrigações pendentes.

8.2. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

8.3. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pela contratada.

8.4. Permitir, durante a vigência do contrato, o acesso do representante ou preposto da contratada ao local de reuniões, desde que devidamente identificado e acompanhado por representante da contratante.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

8.6. Emitir o aceite do objeto contratado após a verificação das especificações, rejeitando o que não

estiver de acordo, por meio de notificação à contratada.

8.7. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

8.8. Anotar, em registro próprio, todas as intercorrências relacionadas à execução do objeto.

8.9. Não permitir a execução do objeto em desacordo com as obrigações assumidas.

8.10. Fazer cumprir as disposições do termo de referência e respectivo contrato.

8.11. Manter atualizados os dados dos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato.

8.12. Garantir uma comunicação eficiente com a contratada.

8.13. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer

9. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

9.2. A Fiscalização do contrato será realizada por equipe especialmente designada, em conformidade com as disposições contidas no art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentos internos da CONTRATANTE, em especial a Portaria PGR/MPU Nº 28, de 16 de março de 2023, bem assim as disposições previstas no instrumento, competindo-lhe, dentre outras atividades:

- I. Fiscalizar a execução do contrato, de modo a que sejam cumpridas, integralmente, as condições constantes de suas cláusulas.
- II. Comprovar e relatar por escrito as eventuais irregularidades, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato.
- III. Determinar providências necessárias à regularização de falhas ou defeitos verificados, podendo sustar a execução de quaisquer trabalhos, em casos de desacordo com o especificado ou por motivo que caracterize a necessidade de tal medida.
- IV. Sugerir que seja sustado o pagamento das notas fiscais/faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA das suas obrigações constantes do contrato.
- V. Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- VI. Os preços são fixos e irreajustáveis, sendo permitido à Administração atualizar o valor do contrato, de ofício, para fazer face ao reajuste dos preços das passagens aéreas.

9.3. A fiscalização exercida pela contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade

da contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade integral e exclusiva da contratada quanto à integralidade e à correção dos serviços a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros.

9.4. A contratada submete-se integralmente a todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

9.5. A comunicação ocorrerá, em regra, por meio eletrônico, valendo a expedição eletrônica como meio oficial de comunicação da contratante para todos os efeitos legais.

9.6. É dever da contratada manter atualizado o seu cadastrado perante a CONTRATANTE e indicar endereço eletrônico válido durante toda a vigência da relação contratual.

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. Em consonância com o art. 140 da Lei 14.133/2021, o objeto será recebido da seguinte forma:

10.1.1. Provisoriamente: mediante recibo, após efetuada a entrega do material, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação;

10.1.2. Definitivamente: mediante recibo, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade, quantidade etc.), ocasião em que se fará constar o atesto na própria Nota Fiscal.

10.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e administrativa da contratada, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios ocultos, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

10.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato e/ou com as especificações técnicas, sem prejuízo da apuração de responsabilidade, se for o caso.

10.4. Salvo disposição em contrário, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

10.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.6. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções

resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

10.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

11.1. A licitante vencedora deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 5 dias, contados da assinatura do contrato, sendo imprescindível, para início da prestação do serviço, integração com o sistema único da PGT e das Procuradorias Regionais do Trabalho (MPT ORION), bem assim com o sistema do MPF, conforme cronograma abaixo:

ETAPA	Dias contados após a assinatura do contrato					
	1	2	3	4	5	6
1. Reunião inaugural para alinhamento geral						
2. Integração do sistema da empresa ao sistema da contratante						
3. Início da prestação do serviço						

11.2. Mediante pedido, devidamente justificado e aceito pela contratante, os prazos previstos no cronograma de execução poderão ser dilatados, sem prejuízo do início da prestação do serviço por meios alternativos, conforme previsto neste Termo de Referência.

11.3. A CONTRATADA disponibilizará relação completa dos colaboradores da empresa que direta e indiretamente estarão envolvidos com a execução do objeto desta contratação, com a devida identificação, telefones e descrição dos cargos, quando da assinatura do CONTRATO.

11.4. O *Selfbooking* deverá ser disponibilizado em **até 24 (vinte e quatro)** horas do envio dos dados dos servidores indicados pela CONTRATANTE.

11.5. O prazo de entrega dos bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais em **até 2 (duas) horas**, após a solicitação, na forma disposta no Item 6.1 deste documento.

11.6. A cotação do Seguro Viagem deverá ser providenciada em até duas horas da solicitação e o encaminhamento da apólice de seguro à CONTRATANTE no prazo de **6 (seis) horas**, contado do

recebimento da autorização da sua emissão.

11.7. O tempo para atendimento telefônico do plantão disposto não poderá exceder a **10 (dez) minutos**.

11.8. O prazo de reembolso de bilhetes aéreos não utilizados deve ser feita em até **60 (sessenta) dias** independentemente da solicitação formal da CONTRATANTE.

11.9. A CONTRATADA deve apresentar, **até o dia quinze do mês seguinte**, as faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pela CONTRATANTE no mês anterior.

12. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Os serviços de cotação, reserva, emissão, remarcação e/ou cancelamento de passagens aéreas serão prestados eletronicamente pela CONTRATADA, de forma ininterrupta, inclusive em finais de semana e feriados.

13. DO VALOR A SER PAGO E DO INSTRUMENTO DE MEDICAÇÃO DE RESULTADO – IMR OU ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS

13.1. DO PAGAMENTO

13.1.1. O valor total a ser pago à AGÊNCIA DE VIAGENS será apurado a partir do valor da passagem aérea, acrescido da TAXA DE EMBARQUE emitida no período faturado, descontando o percentual do desconto a ser aplicado exclusivamente sobre a tarifa.

13.1.2. O preço das PASSAGENS AÉREAS a ser cobrado pela contratada deverá estar de acordo com as tabelas praticadas pelas Companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

13.1.3. Ao valor da TARIFA AÉREA será aplicado o desconto proposto pela CONTRATADA, excluído a taxa de embarque.

13.1.4. A CONTRATADA deverá discriminar nas Faturas o valor da passagem aérea, o valor da TAXA DE EMBARQUE e o desconto correspondente ao ofertado o valor do SEGURO VIAGEM internacional, se houver.

13.1.5. Não incidirá descontos sobre os serviços de emissão de seguro-viagem internacional.

13.2. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR OU ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS

13.2.1. Fica estabelecido o seguinte Instrumento de Medição de Resultado - IMR ou Acordo de Nível de Serviço – ANS como mecanismo que define em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, com o objetivo de garantir prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, para fins de eficiência econômica.

13.2.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **ANEXO – II deste TERMO DE REFERÊNCIA**.

13.2.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.2.3.1. não produzir os resultados acordados;

13.2.3.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

13.2.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

13.2.4.1. Emissão dos bilhetes no prazo previsto no contrato;

13.2.4.2. Retificação dos bilhetes no prazo previsto no contrato; **13.2.4.3.**

Emissão de faturas no mês conforme previsto no contrato.

13.2.5. Os descontos em razão da aplicação do IMR não configura sanção, a CONTRATANTE poderá, pelo nível crítico de qualidade insuficiente em qualquer dos indicativos aplicar as penalidades previstas em contrato, ficando desde já estabelecido que, quando o percentual de descontos no mês for superior ao estabelecido no IMR poderá restar caracterizada inexecução parcial do contrato, o que implicará na abertura de procedimento de aplicação de sanção administrativa, nos termos previstos no contrato, observado o contraditório e ampla defesa.

14. DO FATURAMENTO

14.1. A CONTRATADA emitirá a Fatura Eletrônica (NFE) e as disponibilizará nos canais indicados pela CONTRATANTE. Não serão aceitas NF's protocoladas por outros canais. **14.2.** Poderá ser autorizada emissão de mais de uma fatura mensal pela CONTRATANTE, por Companhia Aérea, e o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura

14.3. Indicar, nas faturas o responsável pelo pedido, Número da PCD, PROPOSTO, SOLICITANTE da PCD, Data da Emissão, LOCALIZADOR, Período do Deslocamento, TRECHOS, TARIFA, TAXAS DE EMBARQUE, multas, Descontos Contratuais, Resumo Financeiro da Fatura com demonstrativo dos impostos devidos.

14.4. Faturar todos os BILHETE DE PASSAGEM emitidos e demais custos dos serviços prestados no exercício corrente, comprometendo-se a todas as despesas executadas até o dia **20/12** do ano corrente.

14.5. A liberação da Fatura para pagamento ficará condicionada ao Atesto do segmento administrativo responsável. O Atesto será realizado após a verificação de conformidade dos serviços com o previsto no edital e seus anexos.

14.6. A CONTRATADA não poderá apresentar Fatura com CNPJ diverso do qualificado daquele constante no contrato.

14.7. A Fatura apresentada em desacordo com o estabelecido neste documento será devolvida para a CONTRATANTE a fim de que proceda os ajustes, cessando-se a contagem de prazo, o qual fluirá após a retificação e entrega do novo documento.

14.8. Emitir Faturas distintas, por Companhia aérea e na forma definida pela CONTRATANTE, nos termos exatos do que for solicitado pelo Fiscal Técnico do Contrato indicado pela CONTRATANTE;

14.9. Apresentar, juntamente com a fatura, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento, por meio de relatórios que permitam à CONTRATANTE, para sua fiscalização, acompanhar o andamento dos serviços de fornecimento de reembolso de passagens, efetuando, no mesmo o respectivo abatimento.

15. DA LIQUIDAÇÃO

15.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, **correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação**, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.1.1. o prazo de validade;

15.1.2. a data da emissão;

15.1.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

15.1.4. o período respectivo de execução do contrato;

15.1.5. o valor a pagar; e

15.1.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação

mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

15.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

15.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado mensalmente à CONTRATADA mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente discriminada, emitida em nome da CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento definitivo, desde que não haja fator impeditivo por parte da contratada, mediante depósito bancário na conta corrente indicada.

16.2. Fica a empresa vencedora, quando assim couber, ciente da obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Opção pelo Simples, obedecendo ao disposto nas Instruções Normativas SRF n.º 480/2004, 1.234/2012 e 1540/2015.

16.3. A Declaração deverá ser assinada pelo Representante Legal da empresa, a ser apresentada no ato da entrega da Nota Fiscal, esclarecendo que a não apresentação do documento em questão ocasionará o desconto no pagamento devido às empresas do valor referente ao encargo previsto na Lei n.º 9.430/96.

16.4. Alternativamente, a critério da CONTRATANTE, a comprovação da regularidade de inscrição

no Regime Especial Unificado, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, poderá ser substituída por consulta ao Portal na Internet, na forma do Parecer SEORI/AUDIN-MPU Nº 263/2015.

16.5. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se os serviços não estiverem de acordo com as especificações estipuladas;

16.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

16.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, será calculada, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$ Onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = (TX) I = (6/100)/365 I = 0,00016438$; TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

17.1. O fornecedor será por **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pela **MAIOR TAXA DE DESCONTO**, a ser aplicado sobre o valor da tarifa aérea.

17.1.1 Não há previsão para este certame de pagamento de Taxa DU ou RAV.

17.2. Além da habilitação jurídica e da qualificação econômico-financeira, para fins de habilitação técnica, a PROPONENTE deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

17.3. Atestado(s) de capacidade técnica: atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contratante do serviço objeto do atestado, que comprove a prestação satisfatória de serviços de AGENCIAMENTO DE VIAGEM, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Pregão.

17.4. Para fins de compatibilidade serão consideradas a prestação de serviços de AGENCIAMENTO DE VIAGENS e fornecimento de BILHETES DE PASSAGEM, concomitantemente, em quantidades somadas correspondentes ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total de bilhetes estimados.

17.4.1. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

17.4.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido,

pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

17.5. Certificado de cadastro junto ao Ministério do Turismo (Lei nº 11.771/2008, art. 22 e Decreto nº 7.381/2010, art. 18).

17.6. Todas as informações necessárias as comprovações dos elementos requeridos nos atestados de capacidade técnica poderão ser objeto de diligências do Pregoeiro.

18. DAS PENALIDADES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei 14.133/2021, o(a) licitante ou o(a) contratado(a) será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Quando da inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções elencadas a seguir:

1. Advertência;
2. Multa, na forma prevista neste instrumento;
 - a) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente no caso de incorrer nas infrações dispostas aos **incisos**

IV, V, VI e VIII do item 18.1;

- b) Multa moratória de 0,5 % (zero virgula cinco por cento) por dia corrido de atraso injustificado, sobre a parcela inadimplida do objeto, no caso de incorrer na infração disposta no **inciso VII do item 18.1**, limitado a 30 (trinta) dias corridos;
- c) Multa moratória de 0,6% (zero virgula seis por cento) por dia corrido de atraso injustificado, sobre a parcela inadimplida do objeto, no caso de incorrer na infração disposta **inciso VII do item 18.1**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia corrido, sendo caracterizada inexecução parcial do objeto, limitado a 60 (sessenta) dias;
- d) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou documento equivalente, pela infração prevista **nos tópicos I, II, III e VII do item 18.1** por prazo superior a 60 (sessenta) dias corridos, podendo ser caracterizada inexecução total do objeto.
- e) Multa compensatória até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou documento equivalente para os comportamentos previstos nos **incisos IX, X, XI e XII do item 18.1**, quais sejam, fraudar a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo.
- f) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.
- g) 20.21. As multas aplicadas deverão ser recolhidas por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), a ser preenchida de acordo com as instruções fornecidas pelo órgão, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da notificação por parte da **CONTRATANTE**.
- h) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- i) Não haverá aplicabilidade de multas durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela Administração, em virtude de caso fortuito, força maior ou impedimento causado pela Administração.

III. Impedimento de licitar e contratar nos **incisos II, III, IV, V, VI e VII** do 18.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV. A declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações

administrativas previstas nos incisos **VIII, IX, X, XI e XII** item 18.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos **II, III, IV, V, VI e VII** do item 18.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. A declaração de inidoneidade será precedida de análise jurídica e quando aplicada pelo Ministério Público no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal, na forma de regulamento.

18.4. A aplicação das sanções impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.5. A sanção de advertência, impedimento de licitar e contratar, bem assim a declaração de inidoneidade poderá ser aplicada cumulativamente com a multa.

18.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II.** As peculiaridades do caso concreto;
- III.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- VI.** O caráter educativo da sanção;
- VII.** Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

18.7. Na aplicação das sanções será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.8. A aplicação de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas,

impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.11. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I.** Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
- II.** Suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/2013;
- III.** Suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

18.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I.** Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II.** Pagamento da multa;
- III.** Transcurso do prazo mínimo de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV.** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V.** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18.13. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

18.14. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

18.15. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas nesta cláusula realizar-se-á mediante processo administrativo que assegurará ao licitante/contratado o contraditório e a ampla defesa, observando-se os procedimentos previstos na Lei 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei 9.784/1999.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária da **CONTRATANTE** para os exercícios 2024/2026, conforme valores constantes do Anexo V deste Termo de Referência.

20. DA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

20.1. Quando compatível, a CONTRATADA deverá implementar quesitos de sustentabilidade e de economia alinhados às diretrizes e aos objetivos do Plano Logístico Sustentável do Ministério Público do Trabalho, em consonância com art. 11 da Lei 14.133/2021, bem assim o art. 16 do Decreto Federal nº 7.746/12, a exemplo de:

20.1.1. Selecionar materiais com baixo impacto ambiental e baixo consumo de energia, privilegiar a utilização de materiais reciclados ou recicláveis, com otimização dos produtos ou das técnicas, de forma a obter maior eficiência no uso de energia;

20.1.2. Otimizar o uso dos sistemas de distribuição e logística, para redução do consumo de energia e redução dos impactos ambientais (maior eficiência de energia ou uso de energia ambientalmente compatível).

21. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

21.1. As partes deverão atender à Lei nº 13.709/18 (LGPD) e observar o disposto abaixo:

I. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

II. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

III. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

IV. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do

documento de identificação.

V. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela CONTRATANTE.

VI. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

VII. A CONTRATADA, quando do encerramento do contrato, exceto se abrigados pelo disposto nos incisos do artigo 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todo os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. A CONTRATANTE deverá ser formal e justificadamente comunicada da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

22. DO FORO

22.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos do contrato, fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília – DF, 02 de abril de 2024.

Assinatura Eletrônica
EDILSON BARBOSA DA SILVA

Assinatura Eletrônica
ANDERSON SANTANA RIBEIRO

Assinatura Eletrônica
CLOVES ALEXANDRE DA SILVA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00465632/2024 TERMO DE CONTRATO**

.....
Signatário(a): **MARCO DAMON CORREA SILVA**

Data e Hora: **21/11/2024 09:39:48**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **JOSE LUCIANO ALVES DA ROCHA**

Data e Hora: **21/11/2024 14:55:14**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **DJALMA LEANDRO JUNIOR**

Data e Hora: **02/12/2024 16:42:58**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **HUGO HENRIQUE AURELIO DE LIMA**

Data e Hora: **17/12/2024 16:30:16**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 2a4b57b9.5093de42.bb96cb80.8880fc9d

Contrato nº 8/2025

Última atualização 20/01/2025



Local: Brasília/DF **Órgão:** SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL **Unidade executora:** 01 - Supremo Tribunal Federal

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 000212/2025

Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 20/01/2025 **Data de assinatura:** 20/01/2025 **Vigência:** de 20/01/2025 a 19/01/2030

Id contrato PNCP: 00531640000128-2-000003/2025 **Fonte:** Contratosgov Sistemas

Id contratação PNCP: [00531640000128-1-000220/2024](#)

Id CIPI: 111.11-011

Objeto:

O fornecimento de passagens aéreas com descontos e condições especiais para: a) compra de passagens em linhas aéreas nacionais, sem a intermediação de agência de viagem e turismo, incluindo reserva, emissão, remarcação e cancelamento de bilhete aéreo, marcação de assento e reembolso; b) compra de passagens em linhas aéreas internacionais, sem a intermediação de agência de viagem e turismo, incluindo reserva, emissão, remarcação e cancelamento de bilhete aéreo, marcação de assento e reembolso, observados o Termo de Referência (Anexo I deste Contrato) e o Edital de Credenciamento 90004/2024.

VALOR CONTRATADO

R\$ 7.500.000,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 07.575.651/0001-59 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: GOL LINHAS AEREAS S.A.

Arquivos

Histórico

Nome

Data/Hora de Inclusão

Tipo

Contrato_Gol_Linhas_Aereas

20/01/2025 - 19:32:30

Contrato

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1

<

>

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

CONTRATO Nº 08/2025

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS COM DESCONTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A GOL LINHAS AÉREAS S.A .
(Inexigibilidade de licitação. Processo Administrativo nº 007760/2024 e 000212/2025)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, sediado na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 00.531.640/0001-28, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral Senhor **Eduardo Silva Toledo**, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **GOL LINHAS AÉREAS S.A**, com sede na Rua Verbo Divino, 1661, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CNPJ 07.575.651/0001-59, neste ato representada por seus procuradores Senhora **Juliane Aparecida CCastiglione** e Senhor **Danillo Barbizan**, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, com fundamento no artigo 74, IV, da Lei nº 14.133/2021, o contido no Processo Administrativo Eletrônico nº 007760/2024, e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto de presente Contrato é o fornecimento de passagens aéreas com descontos e condições especiais para: a) compra de passagens em linhas aéreas nacionais, sem a intermediação de agência de viagem e turismo, incluindo reserva, emissão, remarcação e cancelamento de bilhete aéreo, marcação de assento e reembolso; b) compra de passagens em linhas aéreas internacionais, sem a intermediação de agência de viagem e turismo, incluindo reserva, emissão, remarcação e cancelamento de bilhete aéreo, marcação de assento e reembolso, observados o Termo de Referência (Anexo I deste Contrato) e o Edital de Credenciamento 90004/2024, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

Parágrafo primeiro – As condições negociadas com a **CONTRATADA** constam na tabela abaixo:

Percentual de desconto sobre o preço da passagem aérea nacional praticado pela companhia aérea no seu site oficial	3%
Percentual de desconto sobre o preço da passagem aérea internacional praticado pela companhia aérea no seu site oficial	3%
Isenção de taxa de remarcação e de cancelamento de passagem	Não
Garantia mínima do valor da tarifa e disponibilidade de assento por 72 (setenta e duas) horas contadas do momento da efetivação da reserva. No caso de reserva realizada nas 72 horas anteriores a partida do trecho inicial, a garantia do valor da tarifa poderá ser limitada até 12 horas antes da partida do trecho inicial, prazo este que poderá ser reduzido.	Conforme regras da companhia aérea

DS

Rubrica

Antecipação gratuita de embarque no mesmo dia, mediante disponibilidade	Não
Teto de valor da tarifa	Não

Parágrafo segundo – O presente Contrato não implica exclusividade na aquisição de trechos de viagens operados pela **CONTRATADA**, podendo o **CONTRATANTE** realizar aquisição com qualquer companhia aérea credenciada que detenha a melhor tarifa.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto do presente instrumento será executado por empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) designar gestor para acompanhamento e fiscal para fiscalização deste Contrato;
- b) promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- c) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas do Edital de Credenciamento e do Contrato;
- d) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- e) notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;
- f) efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) iniciar a execução dos serviços em até 5 (cinco) dias, a contar da formalização do presente contrato;
- b) executar e concluir os serviços contratados em conformidade com as condições e os prazos estabelecidos no Termo de Referência, anexo I do presente contrato;
- c) comunicar imediatamente ao STF, por escrito, qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize a realização dos serviços;
- d) comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo STF;
- e) manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do STF, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- f) manter, durante a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e

DS

Rubrica

qualificação exigidas na abertura do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, informando ao STF a superveniência de qualquer ato ou fato que venha a modificar as condições iniciais de habilitação;

g) é vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução dos serviços prestados, sem o consentimento, por escrito, do Supremo Tribunal Federal;

h) responsabilizar-se pelo pagamento de encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução do objeto, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, exceto tarifas aeroportuárias e valores devidos a entes governamentais a serem pagos pelo **CONTRATANTE**, na qualidade de adquirente de passagem aérea, e arrecadados por intermédio da **CONTRATADA**;

i) acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do ajuste, atinentes ao atendimento desta contratação;

j) prestar todos os esclarecimentos necessários à compreensão e à adequada utilização dos serviços colocados à disposição do STF;

k) comunicar à equipe de fiscalização do contrato, formalmente, quando verificar quaisquer iminências de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;

l) arcar com a responsabilidade civil por danos materiais e morais causados ao STF ou a terceiros, pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, na forma da lei, em especial a Resolução ANAC 400/2016, ou outra norma que vier a sucedê-la;

m) utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

n) fornecer passagens aéreas para quaisquer destinos servidos por suas linhas regulares de transporte aéreo nacional e/ou internacional;

o) oferecer o percentual mínimo de desconto sobre o valor de cada tarifa, conforme disposto neste Termo de Referência e avençado no Contrato;

p) executar os serviços estritamente de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, responsabilizando-se pelo refazimento total ou parcial, na hipótese de se constatar defeitos na execução ou estiver em desacordo com as especificações adotadas;

q) enviar todas as informações essenciais para perfeita execução dos serviços, por meio de confirmações que devem conter: aeroportos de embarque e desembarque, percurso, data, horário, escala ou conexão, se houver, nome do passageiro e demais informações necessárias para a realização de viagem;

r) quando houver diminuição de custo para uma nova emissão ou pela não utilização de bilhete, emitir crédito em favor do STF, conforme o caso, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do recebimento da solicitação da modificação, nos mesmos moldes do reembolso oriundo de cancelamento de bilhetes;

s) prestar todas as informações relacionadas ao status do(s) bilhete(s) para que seja feito o controle de pagamento e controle de reembolso dos valores relativos ao(s) trecho(s) não utilizado(s);

t) entregar os serviços nos moldes descritos neste Termo de Referência e no Contrato;

u) executar os serviços de acordo com as normas técnicas em vigor;

v) atender, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contadas do dia seguinte da comunicação, toda reclamação porventura ocorrida, prestando ao STF, conforme o caso, os esclarecimentos e correções/adequações que se fizerem necessários;

w) responsabilizar-se pelo ônus oriundo de remarcação ou cancelamento de passagens, nos termos da Resolução ANAC 400/2016;

x) prestar assistência material, acomodação e reembolso mesmo nos casos em que eventual atraso tenha sido causado por condições meteorológicas ou operacionais adversas, nos termos da Resolução ANAC 400/2016;

y) viabilizar o acesso do sistema utilizado pelo STF aos seus *WebServices*, permitindo a consulta de voos e assentos disponíveis, preços de oferta, reserva, emissão, cancelamento e remarcação de bilhetes, por meio de credenciais de acesso e *tour code*;

z) disponibilizar um canal de atendimento e comunicação, inclusive aos finais de semana e feriados;

z.1) customizar tarifas e regras para bilhetes comprados no âmbito desta contratação, que atendam as peculiaridades da atividade do Tribunal, permitindo condições de aquisição e remarcação com custo reduzido.

Parágrafo único – Ressalvadas as responsabilidades contratuais e aquelas previstas na Resolução ANAC 400/2016, a **CONTRATADA** não responde pelos prejuízos resultantes de fortuitos externos (caso fortuito ou força maior).

DO VALOR

CLÁUSULA QUINTA – O valor anual estimado do presente Contrato é de até R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais).

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA – O objeto deste Contrato será recebido mensalmente da seguinte forma:

a) **provisoriamente**, no ato do recebimento pela Gerência de Passagens e Diárias do STF, ou por servidor designado pelo **CONTRATANTE**, das faturas emitidas pela **CONTRATADA** e documentação de regularidade, para posterior conferência de sua conformidade com o Contrato;

b) **definitivamente**, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, por servidor designado pelo **CONTRATANTE**, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação ao Edital, à proposta e ao Contrato, desde que não se verifiquem incorreções.

Parágrafo primeiro – Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, fica a **CONTRATADA** obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo – O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da **CONTRATADA**.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, pelo valor líquido (valor bruto do documento fiscal descontadas as devidas retenções tributárias), por ordem bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do atesto da nota fiscal, que se dará quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**, devendo apresentar ainda:

a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

d) prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro – A **CONTRATADA** não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste contrato.

Parágrafo segundo – Os valores cobrados pelos bilhetes serão conferidos pelo **CONTRATANTE** por meio de documento fiscal emitido pelas Companhias Aéreas.

Parágrafo terceiro – Nos documentos fiscais apresentados pela Companhia Aérea devem constar: o valor total dos bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais discriminados os valores da tarifa, da taxa de embarque, da multa, do assento e da bagagem, bem como o período ao qual as passagens se referem.

Parágrafo quarto – No faturamento das passagens aéreas deverão ser entregues as seguintes informações (no documento fiscal ou em documentação complementar):

- a) identificação mínima dos bilhetes (ex. localizador ou número do bilhete);
- b) valores das tarifas abatidos os descontos promocionais concedidos pela Companhia Aérea (quando houver);
- c) valores das taxas aplicadas em cada bilhete:
 - c.1) taxas de embarque nacional ou internacional, cujos valores precisam ser informados de forma individualizada para cada operador aeroportuário, com a indicação do respectivo número de inscrição no CNPJ do operador aeroportuário nacional;
 - c.2) taxas de marcação de assento;
 - c.3) taxas de aquisição de bagagem.
- d) valores das multas, se houver.

Parágrafo quinto – O pagamento estará condicionado ao atesto pela Administração dos documentos apresentados pela **CONTRATADA**, mensalmente;

Parágrafo sexto – A parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

Parágrafo sétimo – Em caso de incoerências ou erros na documentação a ser apresentada, a **CONTRATADA** deverá providenciar a revisão e os ajustes necessários para possibilitar o pagamento em até 5 (cinco) dias úteis do valor questionado, após ajustes realizados.

Parágrafo oitavo – As retenções tributárias serão processadas na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 em nome da **CONTRATADA** para os valores decorrentes de serviços prestados por ela; em nome de cada Operador Aeroportuário em relação à taxa de embarque.

Parágrafo nono – Serão admitidos meios de pagamento eletrônico (ex. UATP), na modalidade pós pago, em substituição a sistemática de faturamento descrita acima, desde que disponibilize as informações mencionadas no parágrafo quarto desta Cláusula.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA OITAVA – No caso de atraso na efetivação dos pagamentos, serão devidos pelo **CONTRATANTE** compensações financeiras *pro rata tempore* com base no IPCA, salvo os casos em que a **CONTRATADA** tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA NONA – O Contrato terá vigência inicial de 60 (sessenta) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 120 (cento e vinte) meses.

Parágrafo único – As condições contratuais do Contrato de Credenciamento/acordo corporativo poderão ser revistas, anualmente, a critério das partes.

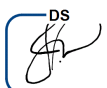
DAS SANÇÕES

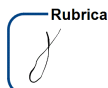
CLÁUSULA DEZ – Comete infração administrativa a **CONTRATADA** que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo primeiro – O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, no caso da alínea "a" da Cláusula dez quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas "b" a "e" da Cláusula dez, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

DS


Rubrica


c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas “f” a “j” acima, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave”.

Parágrafo segundo – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º da Lei 14.133/2021).

Parágrafo terceiro – Se as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

Parágrafo quarto – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo quinto – A aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c" do Parágrafo Primeiro, da Cláusula dez, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Parágrafo sexto – Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA ONZE – A despesa decorrente da contratação correrá à conta do Programa de Trabalho: 02.061.0033.6359.5664 – Apreciação e Julgamento de Causas no STF, na natureza de despesa 33.90.33 – Passagens e Despesas com Locomoção, consignado ao **CONTRATANTE** no Orçamento Geral da União.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DOZE – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo único – Nos casos em que a **CONTRATADA** sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da contratação, desde que a execução deste Contrato não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições

de habilitação.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA TREZE – Aplicam-se à execução do presente Contrato a Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA QUATORZE – O CONTRATANTE nomeará um gestor titular e um substituto para executar o acompanhamento e um fiscal titular e um substituto para executar a fiscalização deste Contrato. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

CLÁUSULA QUINZE – A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

DAS AÇÕES DE INTEGRIDADE

CLÁUSULA DEZESSEIS – As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato.

Parágrafo Primeiro – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Parágrafo Segundo – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DEZESSETE – As Partes, por si e por seus administradores, diretores, empregados e agentes, comprometem-se a: (i) conduzir suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis; (ii) repudiar e não permitir qualquer ação que possa constituir ato lesivo nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e legislação correlata; (iii) notificar imediatamente a outra parte se tiverem conhecimento ou suspeita de qualquer conduta que constitua ou possa constituir prática de suborno ou corrupção referente à negociação, conclusão ou execução deste Contrato, e declaram, neste ato, que não realizaram e nem realizarão qualquer pagamento, nem forneceram ou fornecerão benefícios ou vantagens a quaisquer autoridades governamentais, ou a consultores, representantes, parceiros ou terceiros a elas ligados, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão da administração pública ou assegurar qualquer vantagem indevida, obter ou impedir negócios ou auferir qualquer benefício indevido.

Parágrafo único – O não cumprimento das leis anticorrupção por qualquer das partes é considerado infração grave ao Contrato e conferirá a outra parte o direito de rescindi-lo de pleno direito.

DO FORO

CLÁUSULA DEZOITO – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Contrato, é competente o foro da Justiça Federal em Brasília – Distrito Federal.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA DEZENOVE – A contratação em questão será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição de eficácia.

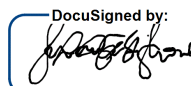
Brasília/DF.

Documento assinado digitalmente
gov.br EDUARDO SILVA TOLEDO
Data: 20/01/2025 18:43:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
EDUARDO SILVA TOLEDO
Diretor-Geral
CNPJ 00.531.640/0001-28
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Assinado por:

0CBE4489469C48C...
GOL Linhas Aéreas S.A.
DANILLO BARBIZAN
Diretor Canais de Vendas
CNPJ: 07.575.651/0001-59
GOL LINHAS AÉREAS S.A

DocuSigned by:

9B7D62F56BEA4F4...
GOL Linhas Aéreas S.A.
JULIANE APARECIDA
CASTIGLIONE
Gerente Executiva Comercial
CNPJ: 07.575.651/0001-59
GOL LINHAS AÉREAS S.A

ANEXO I AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS COM DESCONTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A GOL LINHAS AÉREAS S.A .
(Inexigibilidade de licitação. Processo Administrativo nº 007760/2024 e 000212/2025)

PROPOSTA DE PREÇO (2798049)

ANEXO II AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS COM DESCONTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A GOL LINHAS AÉREAS S.A .
(Inexigibilidade de licitação. Processo Administrativo nº 007760/2024 e 000212/2025)

TERMO DE REFERÊNCIA (2725529).



Documento assinado eletronicamente por **Edimara Alexandrino De Souza Macedo**, ASSESSORA-CHEFE ADJUNTA, em 15/01/2025, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2804816** e o código CRC **F9D46E29**.

Contrato nº 00007/2024



Última atualização 26/11/2024

Local: Campo Grande/MS **Órgão:** TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Unidade executora: 080026 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-24.REG./MS

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 337/2024 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 06/05/2024 **Data de assinatura:** 02/05/2024

Vigência: de 08/05/2024 a 08/05/2029

Id contrato PNCP: 00509968000148-2-001026/2024 **Fonte:** Contratos.gov.br

Id contratação PNCP: [00509968000148-1-000377/2024](#)

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO, CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS (NACIONAL E INTERNACIONAL) E RODOVIÁRIAS.

Informação complementar:

O VALOR TOTAL ESTIMADO (5 ANOS) DO PRESENTE CONTRATO COM APLICAÇÃO DE DESCONTO MÍNIMO SOBRE PASSAGENS AÉREAS + DESPESAS COM PASSAGENS RODOVIÁRIAS (SEM INCIDÊNCIA DE DESCONTOS) É DE R\$ 2.683.876,87 (DOIS MILHÕES, SEISCENTOS E OITENTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS).

VALOR CONTRATADO

R\$ 2.683.876,87

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 82.524.232/0001-03 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: BREMATUR - PASSAGENS E TURISMO LTDA

Arquivos		Histórico	
Nome		Data/Hora de Inclusão	Tipo



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 337/2024
Pregão Eletrônico nº 90006/2024
Contrato nº 07/2024**

GERSON
MARTINS
DE
OLIVEIRA
02/05/2024 12:06

PAULO
SERGIO
PETRI
02/05/2024 13:07

FLÁVIA
CORRÊA
MARTINS
02/05/2024 13:09

JOÃO
ADIR
KAMPA
KUPKA
02/05/2024 13:35

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
AGENCIAMENTO DE VIAGENS QUE ENTRE SI CELEBRAM
O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO E
A EMPRESA BREMATUR – PASSAGENS E TURISMO LTDA**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.409/0001-63, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, neste ato representado pelo Secretário Administrativo GERSON MARTINS DE OLIVEIRA, portador do RG nº 611.634 SSP/MS e do nº 600.496.421-20, conforme subdelegação de competência constante da Portaria TRT/DG nº 202/2023, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **BREMATUR – PASSAGENS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 82.524.232/0001-03, situada na Alameda Doutor Carlos de Carvalho nº 555, Conjuntos 22 e 23, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim, Centro, em Curitiba – Paraná, CEP 80.430-180, telefone (41) 3028-8080, e-mails: licitacao@premierturismo.com.br / joao@premierturismo.com.br neste ato representada pelo Sócio Administrador JOÃO ADIR KAMPA KUPKA, portador da CNH – PR nº de registro nº 00446718851, do RG nº 2074561-4 SESP/PR e do CPF nº 357.865.079-04, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 337/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão nº 90006/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento de passagens aéreas (nacional e internacional) e rodoviárias, conforme as especificações e condições constantes deste instrumento, do Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições a seguir estabelecidas.
- 1.2. Vinculam-se e fazem parte desta contratação, independentemente de transcrição, os seguintes documentos a ela relacionados:
 - 1.2.1. Termo de referência;
 - 1.2.2. Edital de licitação;
 - 1.2.3. Proposta da contratada;
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

Processo nº 337/2024

Pregão Eletrônico nº 90006/2024

Contrato nº 07/2024

1.3. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e aplicável, bem como nas cláusulas deste contrato e dos documentos acima referidos.

CLÁUSULA 2ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO, DA VIGÊNCIA E DA CONTRATAÇÃO

2.1. Este contrato observará o regime de execução de empreitada por preço unitário com execução indireta e sua vigência será de 5 (cinco) anos, a contar de 08 de maio de 2024, prorrogável, sucessivamente, por igual período, até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Considera-se data da assinatura do contrato aquela constante do instrumento ou a da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.

2.3. Durante a vigência da contratação será permitida a fusão, a cisão, a incorporação, a alteração da razão social, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:

2.3.1. na hipótese de alteração que possa repercutir na execução do contrato a CONTRATADA deverá apresentar, ao CONTRATANTE, cópia autenticada do referido instrumento no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;

2.3.2. na hipótese de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.

2.4. Em atenção aos artigos 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

2.5. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 337/2024
Pregão Eletrônico nº 90006/2024
Contrato nº 07/2024**

para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.

CLÁUSULA 3ª – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DESTA CONTRATAÇÃO

3.1. São partes integrantes deste contrato e constam do respectivo Termo de Referência (TR), em anexo, as condições específicas desta contratação referentes a:

- 3.1.1. Sustentabilidade (item 8 do TR);
- 3.1.2. Definições (item 9 do TR);
- 3.1.3. Preços das tarifas das passagens aéreas e rodoviárias (item 10 do TR);
- 3.1.4. Remuneração destinada à agencia de viagens (item 11 do TR);
- 3.1.5. Execução dos serviços (item 12 do TR);
- 3.1.6. Prazos para entrega das passagens (item 13 do TR);
- 3.1.7. Deveres do CONTRATANTE (item 14 do TR);
- 3.1.8. Deveres da CONTRATADA (item 15 do TR);
- 3.1.9. Vedações à CONTRATADA (item 16 do TR);
- 3.1.10. Preposto (item 17 do TR);
- 3.1.11. Recebimento (item 18 do TR);
- 3.1.12. Liquidação (item 19 do TR);
- 3.1.13. Pagamento (item 20 do TR);
- 3.1.14. Atualização financeira (item 21 do TR);
- 3.1.15. Reajuste (item 22 do TR);
- 3.1.16. Modelo de gestão do contrato (item 23 do TR);
- 3.1.17. Penalidades (item 25 do TR);
- 3.1.18. Defesas e recursos (item 26 do TR);
- 3.1.19. Aumentos e reduções (item 27 do TR).

CLÁUSULA 4ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

PTRES: 168295,168297,168299 e 214279

Elemento de Despesa: 3.3.90.33

NE: 2024NE000270, 2024NE000272, 2024NE000273 e 2024NE000274

4.2. A Administração atesta a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.

4.3. O TRT da 24ª Região terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme previsão constante do inciso III do art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 337/2024
Pregão Eletrônico nº 90006/2024
Contrato nº 07/2024

CLÁUSULA 5ª – DO VALOR

5.1. O valor total estimado (5 anos) do presente Contrato com aplicação de desconto mínimo sobre passagens aéreas + despesas com passagens rodoviárias (sem incidência de descontos) é de **R\$ 2.683.876,87 (dois milhões, seiscentos e oitenta e três mil, oitocentos e setenta e seis reais e oitenta e sete centavos)**, conforme discriminação constante dos quadros abaixo:

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
Descrição	Quantidade estimada de bilhetes (Período de 5 anos)	Valor estimado de gasto com passagens e taxas (Período de 5 anos)
Passagens aéreas nacionais e internacionais	1.795	R\$ 2.793.633,18
Passagens rodoviárias	125	R\$ 35.512,62
VALOR TOTAL ESTIMADO		R\$ 2.829.145,80

DESCONTO MÍNIMO ADMITIDO, A SER APLICADO SOBRE O VALOR DO VOLUME DE VENDAS DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS (%)	5,20 %
DESPESA TOTAL ESTIMADA COM APLICAÇÃO DE DESCONTO MÍNIMO SOBRE PASSAGENS AÉREAS + DESPESAS COM PASSAGENS RODOVIÁRIAS (SEM INCIDÊNCIA DE DESCONTO) (5 ANOS)	R\$ 2.648.364,25 + R\$ 35.512,62 = R\$ 2.683.876,87

Observações:

- a) Os quantitativos informados no demonstrativo acima são estimativos para 5 (cinco) anos, tendo por base a média da demanda deste Tribunal no exercício de 2023 acrescido de 30% (trinta por cento).
- b) Por se tratar de mera estimativa de gastos, os valores acima não se constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro de aquisição pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. Em razão disso, não poderá ser exigido nem considerado como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades da Administração, sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 337/2024
Pregão Eletrônico nº 90006/2024
Contrato nº 07/2024**

CLÁUSULA 6ª – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 6.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE designará, por meio de Portaria, servidor(es) para a gestão e a fiscalização da contratação, bem como, se necessário, servidor(es) para auxílio na fiscalização.
- 6.2. Tanto o gestor quanto o fiscal atuarão em conjunto no acompanhamento e fiscalização da contratação, incumbindo especificamente ao fiscal o acompanhamento dos serviços prestados e ao gestor a liquidação das notas fiscais/faturas.
- 6.3. A existência de fiscalização por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades na execução dos serviços assumidos, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.
- 6.4. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE se reserva ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por intermédio de fiscais do contrato.
- 6.5. O fiscal do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária devendo comunicar o fato de imediato ao gestor do contrato.
- 6.6. A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela má execução da contratação.

CLÁUSULA 7ª – DA CONTAGEM DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 7.1. A contagem do prazo de vigência do contrato dar-se-á na forma do inciso II do artigo 183 da Lei nº 14.133/2021, ou seja, os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data.
- 7.2. Considera-se prorrogado o prazo de vigência até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

CLÁUSULA 8ª – DA CONTAGEM DOS DEMAIS PRAZOS DO CONTRATO

- 8.1. Excetuando-se a contagem do prazo de vigência de que trata a cláusula anterior e daqueles com data expressamente indicada, para os demais prazos estabelecidos nesta contratação a contagem excluirá o dia do início e incluirá o dia do vencimento.
- 8.2. Só se iniciam e vencem os prazos processuais em dia de efetivo expediente no CONTRATANTE.
- 8.3. Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo, exceto quando explicitamente disposto em contrário.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 337/2024
Pregão Eletrônico nº 90006/2024
Contrato nº 07/2024**

- 8.4. Os prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente no CONTRATANTE.
- 8.5. Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data e, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.
- 8.6. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.

CLÁUSULA 9ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, na forma da lei.

CLÁUSULA 10 – DA PUBLICAÇÃO

- 10.1. Para fins de publicidade e eficácia desta contratação, o respectivo extrato será publicado, pelo CONTRATANTE, na imprensa oficial, sem prejuízo da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CLÁUSULA 11 – DO FORO

- 11.1. Fica eleito o foro de Campo Grande - MS, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.

CLÁUSULA 12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 12.2. A participação nesta Contratação Pública implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 12.3. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste instrumento e no Termo de Referência.
- 12.4. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 337/2024
Pregão Eletrônico nº 90006/2024
Contrato nº 07/2024**

E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias,
na presença de 2 (duas) testemunhas.

Campo Grande - MS, 02 de maio de 2024.

(documento assinado digitalmente)
GERSON MARTINS DE OLIVEIRA
CONTRATANTE

(documento assinado digitalmente)
JOÃO ADIR KAMPA KUPKA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

(documento assinado digitalmente)
PAULO SÉRGIO PETRI
Coordenador de Material e Logística Substituto

(documento assinado digitalmente)
FLÁVIA CORRÊA MARTINS
Analista Judiciário

ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA



Processo nº 337/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente operação consiste na **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento de passagens aéreas (nacional e internacional) e rodoviárias**, conforme as especificações e condições deste Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições a seguir estabelecidas.
- 1.2. O modelo de remuneração se baseia no pagamento sobre o volume de vendas, descontado o percentual oferecido pela empresa que incidirá sobre o valor da tarifa da passagem aérea nacional e internacional.
- 1.3. O desconto ofertado não incidirá sobre taxa de embarque e nem sobre tarifa de transporte rodoviário.
- 1.4. A empresa vencedora será aquela que ofertar o maior desconto contratual.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Justifica-se a contratação pela necessidade de fornecimento contínuo de bilhetes aéreos e rodoviários aos magistrados, servidores e colaboradores eventuais, no cumprimento da função jurisdicional deste Regional, em treinamentos e outros eventos.
 - 2.1.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2023.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.
- 4.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 4.3. **Habilitação jurídica:**
 - 4.3.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 4.3.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
 - 4.3.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - 4.3.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - 4.3.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do

JOÃO
MÁRCIO
HIDALGO
TALARICO
01/03/2024 11:49

GERSON
MARTINS
DE
OLIVEIRA
01/03/2024 15:05

CARLOS
ALBERTO
BARLERA
COUTINHO
14/03/2024 09:51



ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

- 4.3.6. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971. Deverá ser apresentada ainda a seguinte documentação complementar:

4.3.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inc. XI; 21, inc. I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;

4.3.6.2. A Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

4.3.6.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

4.3.6.4. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

4.3.6.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

4.3.6.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

4.3.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

- 4.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.5. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

4.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

4.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

4.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

4.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- 4.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 4.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 4.8. **Qualificação Econômico-Financeira:**
- 4.8.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor conforme art. 69, inc. II, da Lei nº 14.133/2021;
- 4.8.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- 4.8.2.1. $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
- 4.8.2.2. $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e
- 4.8.2.3. $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.
- 4.8.2.3.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total anual estimado da contratação];
- 4.8.2.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (art. 65, § 1º da Lei nº 14.133/2021).
- 4.8.2.3.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (art. 69, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

4.9 Qualificação Técnica

- 4.9.1 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, na forma do artigo 3º do Decreto-Lei nº 29/1966, alterado pela Lei nº 7.262/1984 ou Cadastrado no Ministério do Turismo, nos termos da Lei nº 11.771/2008 e do Decreto nº 7.381/2010, em plena validade;
- 4.9.2 Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 4.9.2.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 4.9.2.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à



contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.9.2.3 Entende-se por similares os serviços de emissão de passagens aéreas, com um quantitativo de, no mínimo, 90 emissões anuais.

4.9.3 Declaração das companhias brasileiras de transporte aéreo regular GOL, LATAM e AZUL, comprovando que a licitante é possuidora de crédito perante as referidas empresas, que está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas dessas companhias durante a vigência do contrato e se encontra em situação regular frente às respectivas companhias.

4.9.4 Ato de registro perante a Internacional Air Transport Association - IATA;

4.9.4.1 Na hipótese de empresa não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, obtida no site www.anac.gov.br, traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que o licitante é possuidor de crédito direto e está autorizado a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato.

4.9.5 As declarações previstas nos itens 4.9.3 e 4.9.4.1 deverão ser emitidas pelas Companhias Aéreas em nome da licitante;

4.9.6 Não serão aceitas declarações em nome de terceiros.

4.9. Não será admitida a participação de consórcios.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE, no Programa de Trabalho 02.122.0571.4256.0054 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho), na Despesa 33390.33.00 (Passagens e Despesas de Locomoção).

5.2. A Administração atesta a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.

5.3. O TRT da 24ª Região terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme previsão constante do inciso III do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

6. DO PREÇO

6.1. O valor máximo a ser pago por este Tribunal para o presente objeto é de **R\$ 2.792.828,57 (dois milhões, setecentos e noventa e dois mil, oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos)**, para o período de 5 (cinco) anos, observando-se a tabela constante do Anexo I.

6.1.1. No Anexo III consta a planilha demonstrativa detalhada das despesas estimadas por setor (Coordenadoria de Material e Logística e Escola Judicial).

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação dar-se-á mediante a formalização de contrato entre este Tribunal e a licitante vencedora e observará o regime de execução de empreitada por preço unitário com execução indireta, conforme minuta anexa ao edital.

7.2. A vigência do contrato será de **5 (cinco) anos**, a contar da data da assinatura do contrato, prorrogável, sucessivamente, por igual período, até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Considera-se data da assinatura aquela constante do instrumento ou da aposição da última assinatura eletrônica se mais recente.



- 7.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que este Tribunal necessita de aquisição de passagens aéreas e rodoviárias de forma permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.
- 7.4. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
- 7.5. Durante a vigência da contratação será permitida a fusão, a cisão, a incorporação, a alteração da razão social, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir.
- 7.5.1. Na hipótese de alteração que possa repercutir na execução do contrato a CONTRATADA deverá apresentar, ao CONTRATANTE, cópia autenticada do referido instrumento no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;
- 7.5.2. Na hipótese de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.
- 7.6. Em atenção aos artigos 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
- 7.7. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.

8. DA SUSTENTABILIDADE

- 8.1. Em atenção à Resolução nº 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho a empresa deverá comprovar, mediante declaração e antes da efetivação da contratação, as seguintes condições de sustentabilidade:
- 8.1.1. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;
- 8.1.2. Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º, 3º, inc. IV, 7º, inc. XXXIII e 170 da Constituição Federal de 1988; aos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nº 29 e 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação (Modelo Anexo VI - Declaração relativa à Resolução nº 310, de 24.9.2021,



do Conselho Superior da Justiça do Trabalho).

- 8.1.3. Comprovação de que emprega, se for o caso, um número de jovens aprendizes equivalentes a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos trabalhadores existentes, conforme estipula o art. 429 da CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943).
- 8.1.4. Comprovação de que cumpre, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.
- 8.2. O cumprimento dos subitens 8.1.1 e 8.1.2. poderá ser demonstrado mediante autodeclaração colhida diretamente através do sistema "Compras.gov.br" OU por declaração, conforme modelo disponível no Anexo IV deste Termo de Referência.
- 8.3. As microempresas e empresas de pequeno porte ficam dispensadas da comprovação a que se refere o item 8.1.3 ante o disposto no art. 51, inc. III, da Lei Complementar nº 123/2026.
- 8.4. O cumprimento dos subitens 8.1.3 e 8.1.4 poderá ser demonstrado mediante consulta à Certidão do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no link: <http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/emitir.seam?cid=1117299>; OU mediante autodeclaração colhida diretamente através do sistema "Compras.gov.br"; OU por declaração, conforme modelos disponíveis nos Anexos V e VI deste Termo de Referência.

9. DAS DEFINIÇÕES

- 9.1. Agenciamento de viagens – compreende a cotação, reserva, emissão, remarcação ou cancelamento de passagens aéreas e rodoviárias por intermédio de operadora ou agência de viagens.
- 9.2. Passagem aérea ou rodoviária – compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação.
- 9.3. Trecho – compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia.
- 9.4. Tarifa aérea – valor da passagem cobrada pela companhia responsável pelo transporte aéreo (terá a incidência de percentual de desconto ofertado pelo licitante).
- 9.5. Tarifa rodoviária – valor da passagem cobrada pela companhia responsável pelo transporte (não terá a incidência de desconto).
- 9.6. Taxa aeroportuária – valores cobrados pelas autoridades aeroportuárias, pago às companhias aéreas além do valor da tarifa.

10. DOS PREÇOS DAS TARIFAS DAS PASSAGENS AÉREAS E RODOVIÁRIAS

- 10.1. O valor da tarifa da passagem aérea ou rodoviária a ser cobrado pela CONTRATADA deverá estar de acordo com as praticadas pelas companhias, inclusive em casos de tarifas ou classes promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.
- 10.2. A CONTRATADA repassará ao CONTRATANTE todas as vantagens e tarifas-acordo (tarifa negociada entre a CONTRATADA e a companhia aérea) que vier a celebrar com as companhias aéreas.
- 10.3. Os preços das tarifas aéreas serão conferidos de acordo com o sistema eletrônico disponibilizado ao CONTRATANTE e com as faturas emitidas pelas companhias aéreas que deverão ser apresentadas pela CONTRATADA, nos termos do Acórdão nº 1.314/2014 - Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU.
- 10.4. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, documentação contendo os valores efetivamente cobrados pelas empresas aéreas para passagens já emitidas.



- 10.5. Havendo diferença em desfavor do CONTRATANTE, entre o valor cobrado e o valor informado pela companhia aérea, a CONTRATADA deverá adotar providências com o objetivo de devolver os valores cobrados a mais, por meio de notas de crédito ou outro mecanismo autorizado pelo CONTRATANTE, realizando o respectivo abatimento no subsequente pagamento devido à CONTRATADA.

11. DA REMUNERAÇÃO DESTINADA À AGÊNCIA DE VIAGENS

- 11.1. O modelo de remuneração se baseia no pagamento sobre o volume de vendas, descontado o percentual oferecido pela empresa que incidirá apenas sobre a tarifa da passagem aérea nacional e internacional.
- 11.1.1. O desconto ofertado não incidirá sobre taxa de embarque e nem sobre tarifa de transporte rodoviário.
- 11.2. O valor a ser pago incluirá cotação, reserva, confirmação, emissões, remarcações ou cancelamentos de passagens aéreas e/ou rodoviárias emitidas no período faturado.
- 11.3. O CONTRATANTE pagará, ainda, à CONTRATADA, o valor da passagem aérea e/ou rodoviária acrescida da respectiva taxa de embarque emitida no período faturado, observado o desconto contratado para passagem aérea.
- 11.4. A CONTRATADA deverá emitir as faturas e/ou notas fiscais, observado o seguinte:
- 11.4.1. O valor da taxa de embarque deverá ser informado em campo separado na fatura.
- 11.4.2. Outros valores porventura cobrados a parte, como eventual bagagem ou assento reservado, deverão ser informados em campo separado na fatura.

12. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 12.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso à sistema eletrônico unificado, integrado às companhias aéreas, via WEB, com perfil corporativo, de forma a permitir acesso às principais companhias aéreas, inclusive LATAM, GOL, Azul e Passaredo, interligado a um dos seguintes sistemas de distribuição: Amadeus, Galileu, Sabre ou equivalente, e demais materiais necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, para a obtenção das facilidades abaixo:
- 12.1.1. Execução de reserva automatizada, *on-line* e emissão de seu comprovante;
- 12.1.2. Emissão de bilhetes automatizados, *on-line*;
- 12.1.3. Consulta e informação de melhor rota ou percurso, *on-line*;
- 12.1.4. Consulta e frequência de voos e equipamentos, *on-line*;
- 12.1.5. Consulta à menor tarifa disponível, *on-line*;
- 12.1.6. Impressão de consultas formuladas;
- 12.1.7. Alteração/remarcação de bilhetes;
- 12.1.8. Marcação de assento; e
- 12.1.9. Combinação de tarifa.
- 12.2. O Sistema de Reservas, Gestão e Atendimento em geral que a CONTRATADA deverá disponibilizar para o uso pelo CONTRATANTE, deverá ser um sistema de gestão de viagens do tipo *Self Booking* de viagens corporativas que atenda os seguintes critérios:
- 12.2.1. Permitir customização da política de viagens do CONTRATANTE em níveis de reserva e emissão de bilhetes aéreos, níveis de consultas e relatórios, podendo ser alterada no decorrer da prestação dos serviços.
- 12.2.2. Ter acesso web, com login e senha para os usuários indicados.
- 12.2.3. Estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, ininterruptamente, inclusive aos finais de semana e nos feriados.
- 12.2.4. Possuir comunicação com os portais de todas as Companhias Aéreas Nacionais



e das principais Companhias Aéreas Internacionais para cotações e reservas *on-line*.

- 12.2.5. Permitir solicitações de viagens em grupo.
- 12.2.6. Possuir OS/Requisição *on-line* no processo de solicitação de reserva/emissão.
- 12.2.7. Permitir registro de pedidos de reservas *off-line*, tais como passagem aérea e rodoviária, de forma a permitir que os pedidos *off-line* constem dos relatórios gerenciais.
- 12.2.8. Possuir controle de políticas de viagem no processo, com: Menor Tarifa, Voo Direto, Escolha de Fornecedor e Antecedência Mínima de compra.
- 12.2.9. Permitir ao Gestor/Fiscal do contrato a emissão, a qualquer tempo, de relatórios operacionais e de gestão *on-line*. Estes relatórios deverão estar disponíveis de forma resumida e analítica por área solicitante, por viajante, por período ou data da viagem, por fornecedor, sempre com subtotais e totais.
- 12.2.10. Disponibilizar relatórios gerenciais das solicitações dos serviços, indicando a data e horário da solicitação, o tipo de serviço solicitado, trechos de ida e/ou volta, unidade demandante, usuário responsável pela reserva, nome do(s) passageiro(s), aprovador da solicitação, nome do fornecedor do serviço, número do localizador no caso das passagens aéreas ou número da nota fiscal da prestação do serviço e valor da transação e ainda:
 - 12.2.10.1. Relatório de economicidade de bilhetes aéreos.
 - 12.2.10.2. Relatório de desvio de políticas de viagem (analítico e sintético).
 - 12.2.10.3. Relatório de vendas por Cia Aérea e por Trechos voados.
- 12.2.11. O sistema deve permitir a exportação de relatórios para o formato de planilha eletrônica e PDF.
- 12.2.12. Deverá haver níveis diferentes de acesso (perfis de acesso) para os usuários, tais como: "viajante", "aprovador", "administrador", etc.
- 12.2.13. O sistema deverá conter no fluxo de pedido de reserva a ação de aprovação por parte do servidor cadastrado como aprovador.
- 12.3. A CONTRATADA deverá ter a propriedade ou licença de uso do sistema informatizado a ser disponibilizado para o CONTRATANTE, e por cujas transações deverá ser integralmente responsável.
- 12.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar um canal de atendimento e suporte, por meio de telefone e/ou *chat* e/ou *e-mail*, objetivando a resolução dos eventuais problemas apresentados no sistema.
- 12.5. Qualquer custo de adaptação das ferramentas informatizadas aos requisitos técnicos exigidos em qualquer ponto deste Termo de Referência e seus anexos é de responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 12.6. **Com relação a Passagens Aéreas, a CONTRATADA deverá:**
 - 12.6.1. Reservar, emitir, marcar, remarcar, desdobrar, confirmar e reconfirmar as passagens aéreas para as rotas nacionais e internacionais, inclusive retorno.
 - 12.6.2. Pesquisar tarifas ou realizar reservas, antes da emissão do bilhete de passagem, que no momento estiverem sendo praticadas pelas companhias aéreas, devendo, sempre que possível, optar pela de menor valor.
 - 12.6.3. Assegurar o fornecimento do menor preço em vigor, praticado por qualquer das companhias aéreas do setor, mesmo que em caráter promocional, repassando todos os descontos e vantagens oferecidos que possam resultar em benefício econômico para o CONTRATANTE.
 - 12.6.4. Ofertar valor de tarifa (aérea) observando como máximo o valor ofertado no sistema eletrônico disponibilizado ao CONTRATANTE no dia da consulta, ou no



da compra, quando não forem iguais.

- 12.6.5. Quando houver diferença entre o valor da tarifa encaminhada no primeiro orçamento e o valor da efetiva emissão, o CONTRATANTE deverá ser consultado novamente e informado do novo valor da tarifa, que não poderá ser superior ao valor-referência (menor valor disponível) constante no sistema eletrônico disponibilizado ao CONTRATANTE.

12.7. Com relação a Passagens Rodoviárias, a CONTRATADA deverá, após a autorização pelo CONTRATANTE:

- 12.7.1. Emitir a passagem e enviar, via *e-mail*, devendo ser observado o preço praticado pela empresa de transporte rodoviário de passageiros para o referido trecho.

12.7.1.1. O preço da passagem rodoviária emitida pela CONTRATADA será comparado pelo Fiscal do Contrato com o valor de venda no *site* da empresa de transporte rodoviário de passageiros.

12.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar, ainda, os seguintes atendimentos:

- 12.8.1. Efetuar o endosso de passagem respeitando o regulamento das companhias.
- 12.8.2. Fornecer atendimento e suporte, tipo *help desk*, objetivando a resolução dos eventuais problemas apresentados no sistema, bem como orientações aos operadores designados pela Fiscalização.
- 12.8.3. Fornecer, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea.
- 12.8.4. Prestar auxílio e orientações para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada), melhores conexões e das tarifas promocionais à retirada dos bilhetes de passagens aéreas e/ou rodoviárias.
- 12.8.5. Proceder à emissão de bilhetes por meio de requisição de passagem aérea ou rodoviária emitida pelo CONTRATANTE.
- 12.8.6. Proceder à emissão de bilhetes eletrônicos para outras localidades no Brasil, à disposição do passageiro, na companhia mais próxima ou nos aeroportos, informando o código e a empresa.
- 12.8.7. Pesquisar, reservar, emitir, marcar, remarcar, desdobrar, confirmar, reconfirmar ou cancelar os bilhetes de passagens aéreas ou rodoviárias para as rotas nacionais e internacionais, inclusive retorno, com fornecimento do referido bilhete ao interessado.
- 12.8.8. Fornecer a qualquer momento, quando solicitado pelo CONTRATANTE, declaração expedida por companhias aéreas ou empresa de transporte legalmente estabelecidas no País, de que é autorizada a comercializar passagens em seu nome; que possui idoneidade creditícia; que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante elas e que dispõe de terminal para reservas.
- 12.8.9. Manter, sem ônus adicional ao CONTRATANTE, serviço de atendimento disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias da semana, inclusive domingos e feriados, por meio de atendimento por telefones fixo e celular, além de e-mail corporativo para recepção das requisições e solicitações de serviços.
- 12.8.10. Responsabilizar-se pelo fornecimento de passagens requisitadas por pessoas não credenciadas pelo CONTRATANTE para este fim.
- 12.8.11. Adotar as medidas necessárias para o cancelamento de passagens e/ou trechos não utilizados, a partir de solicitação do CONTRATANTE.
- 12.8.12. Apresentar alternativas viáveis, disponíveis ao alcance da CONTRATADA, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar outras medidas necessárias à confirmação das reservas



solicitadas.

- 12.8.12.1. Na impossibilidade de cumprimento deste subitem, a Contratada deverá comprovar documentalmente a excepcionalidade da situação
- 12.8.13. Assegurar o fornecimento do(s) menor(res) preço(s) em vigor, praticado(s) por qualquer das companhias aéreas do setor, mesmo que em caráter promocional, repassando todos os descontos, tarifas reduzidas e vantagens oferecidas pelas companhias aéreas que possam resultar em benefício econômico para o CONTRATANTE.
- 12.8.14. Capacitar, **no prazo de 2 (dois) dias úteis contado do início da prestação dos serviços**, os usuários dos serviços de viagem do CONTRATANTE a utilizar a ferramenta de auto agendamento (*self-booking*), via on-line, ficando a cargo da própria CONTRATADA os custos dessa capacitação;
- 12.8.14.1. O mesmo treinamento deve ser realizado, no prazo de 2 (dois) dias úteis após solicitação, sempre que houver a necessidade de capacitação.
- 12.8.15. Definir a reserva da passagem aérea ao menor preço e em classe econômica, sem prejuízo do estabelecido no art. 27 do Decreto nº 71.733/1973, e legislação complementar, quando possível, considerando-se o horário e o período da participação do servidor no evento, a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, com vistas a garantir condição laborativa produtiva.
- 12.8.16. Efetuar reservas e emissão de bilhetes em caráter de urgência, quando solicitado pelo CONTRATANTE, que poderá ocorrer fora do horário de expediente, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo o bilhete estar à disposição do viajante em tempo hábil para o embarque do passageiro.
- 12.8.17. Fornecer, com o faturamento, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento.
- 12.8.18. Pagar às companhias aéreas ou empresas de transporte rodoviário, nos prazos pactuados em suas avenças específicas, os bilhetes emitidos, ficando estabelecido que o CONTRATANTE não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento.
- 12.8.19. Reembolsar o valor correspondente ao preço da passagem aérea, subtraído do valor referente à multa de reembolso e demais taxas fixadas por dispositivos legais que regulam a matéria, devidamente comprovado, em virtude da não utilização do bilhete, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção contratual.
- 12.8.19.1. O reembolso de passagem não utilizada dar-se-á por meio de desconto dos valores respectivos na próxima fatura apresentada pela CONTRATADA.
- 12.8.19.2. Por opção do CONTRATANTE, com vistas ao menor custo na operação de reaproveitamento de passagem, o bilhete não utilizado poderá ser convertido em crédito, que será aproveitado em momento de maior conveniência para o CONTRATANTE.
- 12.8.20. Solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com reservas de passagens, tarifas de embarque e quaisquer outras logísticas de embarque.
- 12.8.21. Substituir passagens (remarcação) quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, mediante solicitação do CONTRATANTE.
- 12.8.21.1. Quando houver aumento de custo – emitir ordem de débito pelo valor complementar.
- 12.8.21.2. Quando houver diminuição de custo – emitir ordem de crédito a favor do CONTRATANTE, a ser utilizada como abatimento no valor da fatura posterior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação.



- 12.9. Excepcionalmente, a solicitação de passagens aéreas poderá ser efetuada pelo CONTRATANTE por qualquer meio hábil de comunicação, sem prejuízo da posterior emissão da requisição.
- 12.10. Nos termos do Acórdão nº 1.314/2014 - Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU, a CONTRATADA deverá apresentar mês a mês as faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pelo CONTRATANTE no período, apresentação esta que está condicionado ao pagamento da fatura.

13. DOS PRAZOS PARA ENTREGA DAS PASSAGENS

- 13.1. Os prazos para entrega dos bilhetes ou *e-tickets* de viagens observarão o seguinte:
- 13.1.1. **No caso de solicitação de passagem aérea nacional:** A CONTRATADA deverá fornecer as passagens, via *e-mail*, no prazo máximo de 3 (três) horas após o recebimento da solicitação do CONTRATANTE, contendo a discriminação detalhada das Informações Gerais e das Restrições inerentes à passagem, salvo nos casos de urgência, em que a solicitação deverá ser atendida no prazo máximo de 1 (uma) hora.
- 13.1.2. **No caso de solicitação de passagem aérea internacional:** A CONTRATADA deverá fornecer as passagens, via *e-mail*, no prazo máximo de 6 (seis) horas após o recebimento da solicitação do CONTRATANTE, contendo a discriminação detalhada das Informações Gerais e das Restrições inerentes à passagem.
- 13.1.3. **No caso de solicitação de passagem rodoviária:** A CONTRATADA deverá disponibilizar os bilhetes, via *e-mail*, no prazo máximo de 3 (três) horas após o recebimento da solicitação do CONTRATANTE, contendo a discriminação detalhada das Informações Gerais e das Restrições inerentes à passagem.
- 13.2. No caso de não cumprimento do prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa ao valor verificado na reserva, tal diferença será glosada pelo CONTRATANTE.

14. DOS DEVERES DO CONTRATANTE

- 14.1. Incumbe ao CONTRATANTE:
- 14.1.1. **Informar à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, os nomes do Gestor e Fiscal da Contratação, com telefones e endereços de e-mail para contato;**
- 14.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da proposta apresentada;
- 14.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, relativos ao objeto da contratação, no prazo de 2 (dois) dias úteis;
- 14.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Termo de Referência, após o ateste da respectiva nota fiscal/fatura;
- 14.1.5. Fiscalizar a execução da contratação, bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor denominado fiscal do contrato;
- 14.1.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.
- 14.1.7. Solicitar formalmente à CONTRATADA, no caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o ressarcimento do valor correspondente ao trecho (crédito), situação em que a CONTRATADA deverá emitir a correspondente Nota de Crédito que, por medida de simplificação processual, deve se dar mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela CONTRATADA.

15. DOS DEVERES DA CONTRATADA



15.1. Incumbe à CONTRATADA:

- 15.1.1. Cumprir integralmente os termos da proposta, as obrigações, os prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato.
 - 15.1.2. Credenciar, perante o CONTRATANTE, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, indicando nome, endereço e telefone de contato.
 - 15.1.3. Encaminhar o Recibo da Nota de Empenho no prazo de 2 (dois) dias úteis após seu recebimento, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis na ausência de motivo justificável devidamente comprovado;
 - 15.1.4. Manter durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis;
 - 15.1.5. Comunicar formalmente, por escrito e em via impressa ou por e-mail, qualquer alteração do domicílio e endereço empresarial.
 - 15.1.6. Informar por escrito quaisquer alterações de telefone (fixo ou celular) e de e-mail da empresa, sendo que facultativamente esta informação poderá ser feita por meio eletrônico (e-mail, SMS ou WhatsApp) encaminhado exclusivamente ao endereço de e-mail ou telefone indicados pelo Gestor ou Fiscal do contrato.
 - 15.1.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pela Gestão/Fiscalização da execução do Contrato.
 - 15.1.8. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus representantes/empregados, ou ainda por infrações à legislação em vigor, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
 - 15.1.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- 15.2. Considerar-se-á válida e eficaz a correspondência enviada ao último endereço da CONTRATADA informado oficialmente e, em eventual devolução de correspondência, a fluência do prazo terá início a partir do primeiro dia útil subsequente da fracassada tentativa de entrega, pelos Correios, da correspondência

16. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

16.1. É expressamente vedado à CONTRATADA:

- 16.1.1. Contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.
- 16.1.2. Realizar publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.
- 16.1.3. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato.

17. DO PREPOSTO

- 17.1. A CONTRATADA deverá indicar um preposto para representá-la administrativamente perante o CONTRATANTE, **no prazo de 2 (dois) dias consecutivos a contar da assinatura do contrato**, mediante declaração que deverá constar o nome completo, documentos de identificação (RG e CPF), telefone e e-mail de contato.
- 17.2. Pelo descumprimento do disposto no subitem anterior, estará a CONTRATADA sujeita à aplicação da **multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor global estimado do contrato**, por dia que ultrapassar o prazo estabelecido, até o limite de 10% (dez por



cento) sobre o referido valor, e será considerado como inexecução parcial da obrigação assumida.

- 17.3. O preposto deverá apresentar-se ao servidor designado pelo CONTRATANTE para exercer o acompanhamento e a fiscalização, previamente à data indicada para a assinatura do contrato, para tratar dos assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência.
- 17.4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas aos serviços executados e às faturas decorrentes, assim como para avaliar a qualidade dos serviços dos profissionais da CONTRATADA posta à disposição do CONTRATANTE.
- 17.5. Incumbe ao preposto atender as demandas da gestão e/ou fiscalização do contrato, inclusive para apresentar documentos solicitados pelo CONTRATANTE.
- 17.6. O preposto deverá participar de reunião com o CONTRATANTE, na forma *online*, sempre que solicitado com pelo menos 1 (um) dia de antecedência, em dia e horário definidos pela Fiscalização, que solicitará às providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, cabendo ao preposto a adoção de todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 118 da Lei nº 14.133/2021. Caso o preposto seja domiciliado na cidade de Campo Grande - MS, reuniões poderão ser eventualmente realizadas na forma presencial.
- 17.7. A comunicação oficial entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE será feita por escrito, preferencialmente por *e-mail*.
 - 17.7.1. A comunicação por correio eletrônico, sem assinatura eletrônica, não será considerada instrumento hábil para modificação do contrato.
- 17.8. O preposto deverá responder às solicitações do CONTRATANTE por e-mail, no endereço eletrônico informado pelo Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos durante o horário comercial, ou até as 8h30 do próximo dia útil, no caso de comunicação fora do horário comercial.
- 17.9. A fim de evitar falha na comunicação, a CONTRATADA deverá fornecer pelo menos 2 (dois) endereços de e-mail, ambos de provedores diferentes, sendo pelo menos um dos endereços de um serviço de e-mail de grande porte, notoriamente conhecido por manter o sistema sempre funcionando como, por exemplo, Microsoft Hotmail / Outlook, Google Gmail e Yahoo Mail.
- 17.10. É responsabilidade da CONTRATADA se certificar de que os endereços eletrônicos estejam funcionando corretamente. Não será aceita alegação de que os sistemas de comunicação por correio eletrônico falharam, exceto se noticiado pelos meios de divulgação.

18. DO RECEBIMENTO

- 18.1. O recebimento provisório, dar-se-á mensalmente, na data da efetiva entrega da nota fiscal, pelo fiscal, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 18.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
 - 18.2.1. O gestor do contrato não efetuará o ateste da nota fiscal até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 18.3. Os serviços poderão ser recusados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas no item 25.
- 18.4. O recebimento definitivo, a ser realizado mensalmente pelo Gestor do Contrato, dar-se-á somente após a verificação do enquadramento e comprovação nas especificações definidas na proposta, no Termo de Referência e no contrato, no prazo máximo de 5



(cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório, mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- 18.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;
 - 18.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 18.4.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 18.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 18.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 18.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 18.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

19. DA LIQUIDAÇÃO

- 19.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.
- 19.2. Para fins de liquidação, o Gestor deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, observado o subitem 20.5.
- 19.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.
- 19.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 19.5. O CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 19.6. Constatando-se no SICAF a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 19.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



- 19.8. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 19.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação perante o SICAF.
- 19.10. O Gestor deverá encaminhar a nota fiscal/fatura, devidamente liquidada, em tempo hábil para que o pagamento seja efetuado no prazo estabelecido no subitem 20.1.

20. DO PAGAMENTO

- 20.1. O pagamento correspondente será realizado **mensalmente**, por meio do documento OB - Ordem Bancária do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, enviado ao Banco do Brasil, instituição bancária responsável pela operacionalização do pagamento de valores dos órgãos federais, para crédito na conta indicada pelo fornecedor, a qual deverá, obrigatoriamente, ser de titularidade da CONTRATADA, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da liquidação da nota fiscal, observado o contratado.
- 20.1.1. No momento do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.1.2. O envio dos documentos fiscais (NF-e, DANFE, NFS-e, CT-e, recibo ou similares), para fins de recebimento pelos serviços prestados a este Tribunal, somente será aceito desde que efetuado pelo Portal SIGEO da Justiça do Trabalho, disponível pelo seguinte *link* <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>.
- 20.1.2.1. É necessário que a empresa efetue cadastro no sistema, observando o prazo de 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação.
- 20.1.2.2. As instruções para cadastro da empresa e envio dos documentos também podem ser acessadas no link <https://www.trt24.jus.br/web/guest/cadastro-de-fornecedores>**
- 20.2. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 20.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente as notas fiscais/faturas, até o dia 20 (vinte), contemplando todos os serviços efetivamente realizados no período, para fins de liquidação e pagamento, no mês subsequente ao da prestação do serviço.
- 20.2.2. A CONTRATADA deverá observar a periodicidade mensal da realização dos serviços para emissão das notas fiscais.
- 20.3. A Nota Fiscal/Faturas deverá contemplar rotas, tarifas, taxas, nome da pessoa que utilizou o serviço e nome da empresa que realizou o transporte, conforme solicitação emitida pelo CONTRATANTE.
- 20.3.1. A CONTRATADA deverá emitir faturas e/ou notas fiscais distintas, contendo o valor das passagens aéreas e rodoviárias, aplicado o percentual de desconto ofertado.
- 20.3.1.1. Nos termos do Acórdão nº 1.314/2014 - Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU, a CONTRATADA deverá apresentar mês a mês, as faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pelo CONTRATANTE no período, apresentação esta que está condicionado o pagamento da fatura;
- 20.3.1.2. Havendo diferença em desfavor da Administração, entre o valor cobrado pela CONTRATADA e o valor informado pela companhia aérea, tal diferença será glosada pela CONTRATANTE, no pagamento mensal da Nota Fiscal/Fatura.



- 20.3.1.3. O valor da taxa de embarque deverá ser informado em campo separado na fatura.
- 20.3.1.4. Outros valores porventura cobrados a parte, como eventual bagagem ou assento reservado, deverão ser informados em campo separado na fatura.
- 20.4. Havendo erro no documento fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação das despesas, o prazo passará a fluir somente depois de sanada a irregularidade, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para o CONTRATANTE, inclusive moratório.
- 20.5. Quando cabível, sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao imposto sobre a renda, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, conforme disposição legal. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da nota fiscal, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

21. DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

- 21.1. No caso de eventual atraso de pagamento, ocasionado por negligência por parte do CONTRATANTE, devidamente comprovada, e desde que tal fato não seja decorrente de força maior, o valor devido será acrescido de atualização financeira, apurada a partir do término do prazo estabelecido para pagamento até a data de efetiva quitação, calculado conforme taxa SELIC, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$AF = I \times N \times VP$$

Onde:

- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Taxa SELIC;
- AF = Atualização Financeira;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

- 21.2. A mesma fórmula será aplicada no caso de ressarcimento de valor recebido a mais pela CONTRATADA.

22. DO REAJUSTE

- 22.1. Em razão do modelo de remuneração adotado nesta contratação, não haverá previsão de reajuste.

23. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 23.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 23.2. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 23.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do



contrato ou pelos respectivos substitutos.

- 23.4. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 23.5. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 23.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 23.7. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 23.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 23.9. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 23.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 23.11. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 23.12. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 23.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 23.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 23.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 23.16. O gestor do contrato deverá realizar os procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização do contrato.

24. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 24.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE designará, por meio de Portaria, servidor(es) para a gestão e a fiscalização da contratação, bem como, se necessário, servidor(es) para auxílio na fiscalização.



- 24.2. Tanto o gestor quanto o fiscal atuarão em conjunto no acompanhamento e fiscalização da contratação, incumbindo especificamente ao fiscal o acompanhamento dos serviços prestados e ao gestor a liquidação das notas fiscais/faturas.
- 24.3. A existência de fiscalização por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades na execução dos serviços assumidos, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.
- 24.4. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE se reserva ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por intermédio de fiscais do contrato.
- 24.5. O fiscal do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária devendo comunicar o fato de imediato ao gestor do contrato.
- 24.6. A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela má execução da contratação.

25. DAS PENALIDADES

- 25.1. A empresa vencedora deverá encaminhar o recibo da nota de empenho, devidamente assinado e preenchido, **no prazo de 2 (dois) dias úteis após ser transmitida pelo TRT**. Em caso de descumprimento, reserva-se à Administração o direito de optar pela adjudicação às demais proponentes, obedecendo-se à ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos subitens 25.3.3 e 25.3.4.
- 25.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nos subitens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, acarretará multa de 0,5% (meio por cento) por hora, a qual incidirá sobre o valor da passagem objeto do atraso, limitado a 10% (dez por cento) do referido valor, o que não impedirá, a critério do CONTRATANTE, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.
- 25.3. A inexecução, total ou parcial, da contratação poderá acarretar, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, além do ressarcimento de eventual prejuízo causado ao CONTRATANTE:
- 25.3.1. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato e quando não se justificar a aplicação de penalidades mais graves;
- 25.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto da inadimplência da contratação, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 25.3.3. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da correspondente contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 25.3.4. Impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;
- 25.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 25.3.4, nos termos do art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 25.4. A descontinuação, imotivada, do acesso ao sistema corporativo indicado no subitem 12.1 e seus respectivos subitens acarretará multa de 2% (dois por cento) ao dia, a qual incidirá sobre o total faturado no respectivo mês, limitado a 30% (trinta por cento), o que não impedirá, a critério do CONTRATANTE, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.
- 25.5. A indisponibilidade dos serviços de plantão previstos no subitem 12.8.9 resultará em multa de 1% (um por cento), por cada dia de falta, do total faturado no respectivo mês, limitado a 30% (trinta por cento), o que não impedirá, a critério do CONTRATANTE, a aplicação das



demaís sanções legais cabíveis

- 25.6. As multas por inexecução parcial ou total da contratação poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, bem como com a multa pelo atraso na entrega do objeto.
- 25.7. Ocorrendo atraso na entrega do objeto ou no caso de inexecução parcial ou total, o valor da multa correspondente será retido preventivamente do pagamento e concedido prazos para defesa prévia e recurso, observando-se as disposições contidas nos artigos 156, 157, 158, 165, inciso I, 166 e 167 da Lei nº 14.133/2021.
- 25.8. Decorridos os prazos de defesa prévia e de recurso e mantida a aplicação da multa, o valor correspondente será imediatamente recolhido à conta do Tesouro Nacional. Em não havendo retenção de pagamento, será emitida a GRU (Guia de Recolhimento da União) para o recolhimento, por parte da empresa, à conta do Tesouro Nacional. Caso haja acolhimento ou provimento parcial, o valor retido será devolvido à empresa.
- 25.9. Em caso de não pagamento do valor da multa aplicada, conforme estabelecido no subitem anterior, o valor será inscrito em dívida ativa da união.
- 25.10. A atuação irregular da CONTRATADA, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, a anotação das penalidades aplicadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, e, no caso de impedimento de licitar e de contratar, o registro também na página eletrônica do CONTRATANTE (opção "Transparência") e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, conforme o art. 43, do Decreto nº 8.420/15 e o art. 161 da Lei nº 14.133/2021.
- 25.11. A proponente é responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.
- 25.12. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a rescisão contratual sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

26. DAS DEFESAS E DOS RECURSOS

- 26.1. As defesas e recursos contra punições impostas à CONTRATADA serão regidos pelos artigos 157, 158, 166 a 168 da Lei nº 14.133/2021, e poderão ser enviados por e-mail, exclusivamente ao endereço mencionado no ofício de notificação, sem prejuízo do encaminhamento dos originais no prazo estabelecido.
- 26.2. A utilização de e-mail para apresentação de defesa prévia e recurso administrativo não exime a CONTRATADA de protocolizar diretamente os originais no Tribunal, ou de providenciar o encaminhamento dos originais (em papel) via Correios, ambos no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do prazo legal para apresentação de defesa prévia ou recurso administrativo.
- 26.3. O não envio dos originais no prazo estipulado, ou o envio de originais distintos daqueles apresentados por e-mail, acarreta o não conhecimento da manifestação administrativa apresentada por correio eletrônico.

27. DOS AUMENTOS E DAS REDUÇÕES

- 27.1. Fica assegurada à autoridade competente do CONTRATANTE aumentar ou reduzir a quantidade prefixada, observados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei 14.133/2021.

28. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 28.1. A participação nesta Contratação Pública implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 28.2. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades



previstas na legislação vigente e não expressas neste Termo de Referência.

- 28.3. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.
- 28.4. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos:
- 28.4.1. O Anexo I: Valor estimado da contratação;
 - 28.4.2. O Anexo II: Modelo de Proposta;
 - 28.4.3. O Anexo III: Planilha demonstrativa das despesas estimadas para CML e EJ;
 - 28.4.4. O Anexo IV: (Modelo de declaração, exigida pela Resolução nº 310, de 24.9.2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – não estar inscrito no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo e de não ter sido condenada por infringir as leis de combate à discriminação, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo);
 - 28.4.5. O Anexo V: (Modelo de declaração relativa ao art. 429 da CLT, exigida pela Resolução nº 310, de 24.9.2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho); e
 - 28.4.6. O Anexo VI: (Modelo de declaração relativa ao art. 93 da Lei nº 8.213/1991, exigida pela Resolução nº 310, de 24.9.2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho).

Campo Grande, 26 de fevereiro de 2024.

JOÃO MÁRCIO HIDALGO TALARICO
Coordenador de Material e Logística

MATEUS COMINETTI
Chef da Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inovação

Aprovado por:

GERSON MARTINS DE OLIVEIRA
Secretário Administrativo



PROAD 337/2024

CERTIDÃO DE ASSINATURA

O seguinte documentos foi assinado em 02/05/2024 por JOÃO ADIR KAMPA KUPKA (CPF: 35786507904)

111 - CONTRATO - n° 07/2024

Certidão gerada automaticamente pelo sistema.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 86, segunda-feira, 6 de maio de 2024

MEDICINA	CARGO/ÁREA/ESPECIALIDADE: F06 - AN JUD - ÁREA APOIO ESPEC - ESP		
	NÚMERO	NOME	
	0003539h	ADRIANO COSTA DO NASCIMENTO	
	0003687a	ALINE SILVA DE DEUS MOCITAIBA	
	0003829f	LEONARDO DA SILVA RIBEIRO MOCITAIBA	
	0003685h	YTALLO SAMUEL OLIVEIRA BARROS	
	4	Candidato(s) nesta opção	
	CARGO/ÁREA/ESPECIALIDADE: G07 - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA		
ADMINISTRATIVA	NÚMERO	NOME	
	0014939b	CANAA TEIXEIRA RODRIGUES	
	0010388d	CLAUDIA HENRIQUES CARVALHO	
	0013225b	DANIELLE BELIZARIO TERTO CARVALHO	
	0014683d	ELIZABETE CRISTINA NASCIMENTO DOS ANJOS COSTA	
	0010492j	ELTON ALBERTO PENA DE CARVALHO	
	0013274d	GABRIEL NOBREGA MEIRELES	
	00144338i	ILANA VILAS BOAS CARDOSO	
	0013553h	JACILENE DIAS DOS SANTOS PONTES	
	0010402e	JOSE LUIZ DE SOUZA	
	0013204e	JOSE WUELLINSON MELO DOS SANTOS	
	0012538g	KARINE DE SOUSA SANTIAGO	
	0011881d	KELVIN TAILAN DA HORA VIEIRA	
	0011324e	LEILA SANTOS SOUZA	
	0013563k	LEYLIA KATHARINNE FERNANDES ARAUJO	
	0012042k	LIRIA LEITE ARAUJO	
	0008899h	LUIS FILIPE MOREIRA ALVES	
	0013348g	MARIA LUIZA VIEIRA DE FRANCA LUNA	
	0011434a	MARIANA DA COSTA FERREIRA	
	0009575i	MATEUS DOS SANTOS VIEIRA	
	0009515b	NATANAEL NASCIMENTO MELO	
	0009300c	ODE DE PAIVA BARACHO DA SILVA	
	0014093e	PEDRO AUGUSTO DA SILVA COSTA	
	0012109f	ROSA APARECIDA CARACA	
	0014021b	SEMIRAMES DE CASSIA LOPES LEAO	
	0010651d	SYRLANA SILVA DA SILVA	
	0009400g	VINICIUS DOS SANTOS GENUINO	
	0011802d	VIVIANE MENEZES FERREIRA	
	27	Candidato(s) nesta opção	
	CARGO/ÁREA/ESPECIALIDADE: H08 - TÉC JUD - ÁREA ADM -ESP AGENTE DA		
POLÍCIA JUDICIAL	NÚMERO	NOME	
	0015915d	AILTON RODRIGUES DOS SANTOS	
	0001856j	CARLOS NASCIMENTO MARTINS	
	0015817d	CASSIANO PEREIRA DE AGUIAR	
	0016784i	DANIELA MARIA DE FREITAS	
	0016984f	DELOMAR DE SOUZA NUNES SANTOS	
	0002069c	EDIVAN DO NASCIMENTO	
	0015666i	FABIO JEFFERSON DA SILVA	
	0001892c	FLAVIO ROBERTO DE OLIVEIRA GARCIA	
	0015407g	JAILSON GILBERTO DOS SANTOS	
	0015519g	JAQUELINE DA SILVA	
	0017369b	KAWDSA DE OLIVEIRA CANDIDO DA SILVA	
	0016954h	MELLANIE THAYLINE DA SILVA FERREIRA	
	0016389c	RICARDO CARNEIRO DA SILVA	
	0015863k	ROBSON SILVA DE BARROS	
	0017016b	RODRIGO OLIVEIRA DA SILVA	
	0016446k	TADAU BERTO DA SILVA	
	0015909i	THIAGO LUCENA DA SILVA	
	0002061i	TIAGO DINIZ DOURADO	
	0001812a	WESLEY EDUARDO PORTELA DA SILVEIRA	
	19	Candidato(s) nesta opção	
	CARGO/ÁREA/ESPECIALIDADE: I09 - TÉC JUD - ÁREA APOIO ESP - ESP SEG. DO		
TRABALHO	NÚMERO	NOME	
	0017469f	BRUNO CESAR DE OLIVEIRA XAVIER	
	0017311d	CINTIA SAROLDI PEREIRA	
	0017241i	DANIEL FERNANDES DOS SANTOS	
	0017258d	JOSE JACKSON FERNANDES DA SILVA	
	0017296a	MICHELLE ARAUJO BARROS	
	0017498b	PRISCILA SANTANA DO NASCIMENTO	
	0017227d	RAYSSA KATARINA DE MELO LINS BARRETO	
	0017270e	TALINE CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA ROMERO	
	8	Candidato(s) nesta opção	

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Proads n. 258/2024, 1120/2023 e 8941/2021. 1º Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso n. 01/2022, entre o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e a Caixa Econômica Federal, CNPJ n. 00.360.305/0001-04. OBJETO: Suprimir, a partir de 17/01/2024, a cessão de espaço físico situada no Fórum Trabalhista de Rondonópolis; Reajustar o valor da Taxa de Utilização dos Espaços para R\$ 25.203,87, pelo índice IGP-M, correspondente a -3,18121%, com efeitos financeiros a contar de 20/01/2024. FUNDAMENTO LEGAL: Itens 4.1 e 7.2 do Termo de Cessão de Uso n. 01/2022 c/c os arts. 40, inciso XI, 55, inciso III, e 65, inciso II, todos da Lei n. 8.666/93. ASSINATURA: 29/04/2024. ASSINAM: pelo TRT23, Adenir Alves da Silva Carruesco/Desa. Presidente e pela CEF, Sandro Gomes Moura, Representante Legal.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Proc. nº 23.247/2022. Cedente: TRT da 24ª Região, CNPJ nº 37.115.409/0001-63. Cessionária: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ nº 00.360.305/0001-04. Espécie: 1º Termo Aditivo à Cessão de Uso nº 01/2023. Objeto: Incluir o rateio das despesas de manutenção predial (incluindo ar condicionado e elevadores), conforme Resolução CSJT nº 35/2023, para a área de uso pela CEF (prédio sede do TRT da 24ª Região). Fundamento legal: art. 134 da Lei nº 14.133/2021. Data da assinatura: 15.9.2023. Gerson Martins de Oliveira/Cedente e Sandro Gomes Moura/Cessionária.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Proc. nº 18.101/2021. Contratante: TRT da 24ª Região, CNPJ nº 37.115.409/0001-63. Contratada: Zetrasoft Ltda., CNPJ nº 03.881.239/0001-06. Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2023. Objeto: Acrescer ao contrato disposições alusivas à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e de responsabilidade socioambiental. Fundamento legal: caput do inc. II, do art. 65, da Lei nº 8.666/1993. Data da assinatura: 03.05.2024. Gerson Martins de reira/Contratante e Moisés do Monte Santos/Contratada.

DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Proc. nº 337/2024. Contrato nº 07/2024. Contratante: TRT da 24ª Região, CNPJ nº 37.115.409/0001-63. Contratada: BREMATUR - Passagens e Turismo Ltda., CNPJ nº 82.524.232/0001-03. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de cotação, reserva emissão, remarcação, cancelamento de passagens aéreas (nacional e internacional) rodoviárias. Vigência: 5 (cinco) anos, a contar de 08 de maio de 2024. Valor total estimad (5 anos): R\$ 2.683.876,87. Pregão Eletrônico nº 90006/2024. PTRES 168295, 16829 168299 e 214279. ND 3.3.90.33. 2024NE000270. 2024NE000272. 2024NE000273. 2024NE000274. Assinatura: 02.05.2024. Gerson Martins de Oliveira/Contratante; João Adir Kampa Kupka/Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Proc. 22.628/2023. Contratante: TRT da 24ª Região, CNPJ nº 37.115.409/0001-63. Contratada: Gomes & Azevedo Ltda, CNPJ nº 03.688.640/0001-24. Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2023. Objeto: Alterar a previsão do prazo de acompanhamento técnico da execução. Fundamento legal: art. 57, § 1º, VI, da Lei nº 8.666/1993. Data da assinatura: 30.04.2024.

JUSTIÇA FEDERAL

1ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA NO ACRE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Sexto Termo Aditivo ao Contrato n. 5/2019. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. CONTRATADA: TELEFÔNICA BRASIL S.A, CNPJ n. 02.558.157/0001-62. OBJETO: Prorrogação excepcional do prazo de vigência do contrato para o dia 03/11/2024. BASE LEGAL: Processo Administrativo Eletrônico n. 0001318-76.2018.4.01.8001-JFAC e art. 57, II, da Lei 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 30/04/2024. Assinado por: Joselo Alves de Albuquerque, Diretor da Secretaria Administrativa, pela Contratante, e Carlota Braga de Assis Lima e Claiton Merg Carvalho, pela Contratada.

SEÇÃO JUDICIÁRIA NA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato 20454895. CONTRATANTE: Justiça Federal de 1º Grau-Seção Judiciária da Bahia (Dr. Durval Carneiro Neto). CONTRATADA: ELEVADORES VERSATIL LTDA - EPP (Sr. Fábio Vieira Diniz), CNPJ/MF 15.026.942/0001-16. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços contínuos de assistência técnica e manutenção preventiva e/ou corretiva de 12 (doze) elevadores e 01 (uma) plataforma para PcD, instalados nas dependências dos Fóruns Teixeira de Freitas e Arx da Costa Tourinho (JEF) da Seção Judiciária do Estado da Bahia. Valor Total: R\$ 456.706,80 (Quatrocentos e cinquenta e seis mil setecentos e seis reais e oitenta centavos). VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos, com início no dia 20/05/2024 e término previsto para o dia 19/05/2029. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT 168312; ND 39.90.39; Nota de Empenho: 2024NE642, emitida em 26/04/2024. BASE LEGAL: Lei n. 14.133/2021. PAe 0025590-52.2023.4.01.8004. Ass. em 02/05/2024.

SEÇÃO JUDICIÁRIA EM GOIÁS

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PREGÃO Nº 90004/2024

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 270912034018006. , publicada no D.O.U de 09/04/2024 . Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços comuns de engenharia visando a substituição de 03 (três) elevadores instalados no Edifício Sede da Seção Judiciária de Goiás, em Goiânia contemplando a remoção completa dos equipamentos atuais da marca Atlas Villares, conforme as especificações e exigências prescritas no edital e seus anexos Novo Edital: 06/05/2024 das 08h00 às 17h00. Endereço: Rua 19, 244, Centro Ou Rua 20, 19, Centro Centro - GOIANIA - GOEntrega das Propostas: a partir de 06/05/2024 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 21/05/2024, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LUCIANO CLEMENTE PEIXOTO

Pregoeiro

(SIDEc - 03/05/2024) 090022-00001-2024NE001531

SEÇÃO JUDICIÁRIA NO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2024 - UASG 90004

Nº Processo: 37492620224018007. Objeto: Aquisição de gravadores digitais de imagem, câmeras ip sem microfone, câmeras ip com microfone e Hard Disk WD Purple 3,5 com capacidade de armazenamento de 8 TB, nos termos da tabela, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo a esta IRP... Total de Itens Licitados: 4. Edital: 06/05/2024 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av.senador Vitorino Freire, N. 300, Areinha, - São Luís/MA ou https://www.gov.br/compras/edital/90004-5-90014-2024. Entrega das Propostas: a partir de 06/05/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 21/05/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital poderá ser adquirido através do site www.comprasgovernamentais.gov.br .

MARIA DO ROSARIO EVERTON ALVARES

Pregoeira

(SIASGnet - 03/05/2024) 90004-00001-2024NE000001

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IMPERATRIZ

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo 0002521-45.2024.4.01.8007. Nº 20329298. Termo de Cooperação que entre si celebram a Subseção Judiciária de Imperatriz - MA, e a Prefeitura Municipal de Cidelândia - MA. Objeto: Implementação do PID - Ponto de Inclusão Digital em Cidelândia - MA, para as causas do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Imperatriz, conforme o PAe SEI TRF nº 0000906-20.2024.4.01.8007 e nos moldes do art. 4º da Resolução n.º 508/2023 do CNJ. Proteção de Dados: As partes se obrigam por si e por seus colaboradores a cumprir com o disposto na Lei Federal nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e nos regulamentos e diretrizes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Vigência: 48 (quarenta e oito) meses, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo. Data de assinatura: 10/04/2024. Assinam: Hugo Leonardo Abas Frazão, Juiz Federal da Subseção Judiciária de Imperatriz - MA e Fernando Augusto Coelho Teixeira, Prefeito do Município de Cidelândia - MA.



FLÁVIA
CORRÊA
MARTINS

06/05/2024 10:41



PROAD 337/2024. DOC 119. Para verificar a autenticidade desta cópia,

acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2024.MRYW.TTNX:

https://adm.trt24.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

